



DÍVIDA PÚBLICA, FUNDO DE PENSÃO E OS IMPASSES NA ACUMULAÇÃO DE CAPITAL.

José Menezes Gomes¹
Francesco Schettino²
Maria Lúcia Fattorelli³

PROPOSTA DA MESA TEMÁTICA COORDENADA

A presente mesa abordará três dimensões da relação entre crise capitalista, fundos de pensão e impasses na reprodução do capital. Nesta direção veremos como se manifesta o impasse na acumulação de capital em países com pleno desenvolvimento das forças produtivas, com destaque para a União Europeia, onde temos uma prolongada crise e risco de desaparecimento do Euro e ameaças ao sistema da dívida pública. Ao mesmo tempo, analisamos o caso brasileiro, onde as forças produtivas não estão tão desenvolvidas, mas que apresenta elevado grau de expansão do capital fictício. Na primeira parte abordaremos via José Menezes Gomes a dimensão que trata da crise capitalista e as novas tarefas do estado na salvação dos grandes capitalistas, enquanto aprofunda os ataques aos direitos sociais. Dentro disto destaca-se o papel dos fundos de pensão no chamado neo desenvolvimento ou do desenvolvimento capitalista na fase neoliberal no Brasil (BOITO JR, 2012). Inicialmente constatamos que o relativo crescimento econômico ocorrido em alguns países subdesenvolvidos resulta da mudança no cenário internacional com a queda da taxa básica para 1% nos EUA desde 2003 e do aumento da demanda vinda da expansão chinesa e indiana. Todavia, ao mesmo tempo em que vimos à valorização das commodities tivemos uma reprimarização da economia.

¹ Doutor. Universidade Federal de Alagoas (UFAL). E-mail: menezesgomes1@gmail.com

² Assistant Professor – Second University of Naples – Department of Law, Via Mazzocchi, 5 - S.Maria Capua Vetere (CE), 81055, francesco.schettino@unina2.it.

³ Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida no Brasil desde 2001, membro da Comissão para Auditoria Integral da Dívida Pública Equatoriana, nomeada pelo Presidente Rafael Correa (2007/2008), assessora técnica da CPI da Dívida Pública na Câmara dos Deputados (2009/2010), autora de diversas publicações – www.auditoriacidada.org.br / marialuciafatorelli@yahoo.com.br.



Na segunda parte, com Maria Lúcia Fattorelli teremos uma reflexão sobre o processo de endividamento dos estados no Brasil, a federalização desta dívida em 1997 e cobrança de juros extorsivos pela União, enquanto esta descentralizou parte de suas atividades para os estados e municípios. Nesta etapa teremos uma reflexão sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, que apenas legitimou a prioridade no pagamento do serviço da dívida pública e a redução dos gastos sociais. Teremos também uma reflexão sobre as bases para a renegociação desta dívida e necessidade de uma grande mobilização pela auditoria cidadã e de combate a Lei de Responsabilidade Fiscal e uma ampla defesa dos serviços e dos direitos sociais. Na terceira parte, com Francesco Schettino, teremos uma abordagem da crise capitalista mundial na dimensão europeia, os riscos de dissolução do Euro e da União europeia e a explosão da dívida pública e os limites da política de austeridade e suas consequências sobre a Grécia, Espanha, Portugal e Itália. Tal processo é acompanhado por crescentes ataques aos direitos sociais e da retomada das grandes mobilizações sociais. Em linhas gerais, buscamos revelar as motivações externas, especialmente a partir de 2003, com a queda da taxa básica de juros nos EUA visando combater os efeitos da recessão, que acabaram por possibilitar o deslocamento de capital para os países subdesenvolvidos, na busca de maiores rendimentos nas bolsas e nos títulos públicos, que impulsionou a valorização das bolsas sem, contudo, elevar o processo de industrialização. Este processo foi indevidamente chamado de neo desenvolvimentismo. Todavia, seja nos países desenvolvidos ou subdesenvolvidos o que constatamos é uma acelerada desindustrialização, ampliando o volume de capital ocioso e de trabalhadores desempregados, acompanhados por uma crise fiscal e financeira destes estados capitalistas que coloca em questão os títulos públicos e seus principais compradores: os fundos de pensão.

Palavras-chave: Dívida Pública, Neodesenvolvimentismo, Fundos de pensão, Crise Capitalista.



FUNDOS DE PENSÃO, CAPITAL ESTATAL E NEO DESENVOLVIMENTISMO.

José Menezes Gomes¹

1 INTRODUÇÃO

O presente texto visa analisar os limites da concepção de desenvolvimento econômico que resultou da mudança de cenário internacional, desde 2003, com a mudança do fluxo internacional de capitais para os países subdesenvolvidos acompanhado pela expansão chinesa e valorização das commodities. Dentro disto destaca-se o papel atribuído aos fundos de pensão pelo governo Lula da Silva para justificar a Contra reforma da Previdência deste mesmo ano, como gerador de poupança de longo prazo e garantidor do investimento privado. Tal visão encobre que estes fundos são na essência são responsáveis pela rolagem de parte da própria dívida pública e ao mesmo tempo se beneficiam do crédito estatal subsidiado. Nesta direção, inicialmente fizemos um resgate da crise de 2008, sua severidade e os dispêndios com a nova etapa de dívida pública. Em segundo lugar, abordamos o papel do BNDES e o subsídio ao grande capital. Em terceiro lugar, investigamos a queda da taxa básica nos EUA e seus impactos sobre a economia brasileira, seja na taxa de investimento como no rendimento dos fundos de pensão e o sacrifício que o governo faz ao transferir recursos do Tesouro nacional vindos do corte de despesas sociais.

Neste cenário, o pagamento de juros e amortização da dívida pública se converteu no mecanismo por onde o Estado retira recursos dos trabalhadores, através dos impostos diretos e indiretos, e o remete diretamente aos banqueiros e fundos de pensão. Esse processo resultou da crise fiscal e financeira do Estado, a partir dos anos 70, e a explosão da dívida pública, que estabeleceu uma nova relação entre Estado, bancos e economia. O

¹ Doutor. Universidade Federal de Alagoas (UFAL). E-mail: menezesgomes1@gmail.com



ponto culminante desse fenômeno foi a generalização do neoliberalismo, visando resolver a crise capitalista através da renegociação da dívida externa, das aberturas comercial e financeira, das privatizações.

2 CRISE CAPITALISTA DE 2008 E SUA PERSISTÊNCIA

A crise capitalista explicitada em 2008 revelou a cortina de fumaça do chamado modelo neoliberal, enquanto soma gigantesca de US\$ 16 trilhões foi destinada pelos principais bancos centrais aos grandes bancos e indústrias para tentarem conter os seus efeitos. Se durante muito tempo foi divulgado que os estados nacionais não tinham dinheiro para bancar as ditas funções sociais, de repente lançaram mão de recursos públicos especialmente para salvar os bancos e os demais rentistas. Ao mesmo tempo, estes estados continuaram a pagar o serviço da dívida pública. A crise e seus efeitos criaram um novo gigantesco endividamento para os contribuintes.

Segundo um estudo do Instituto Assaf, entre 2008 e 2011 a crise econômica mundial deixou perdas gigantescas de US\$ 50,4 trilhões nas bolsas mundiais. Em média, o valor destas em dezembro de 2011 ficou 12% inferiores em relação a 2007. Se compararmos os valores de mercado de 2007 com os valores de 2011, os EUA apresentaram queda significativa de 53%; a Europa, perda de 42%. A Austrália, Nova Zelândia e Canadá tiveram alta de 3%; o Japão, de 9% e os mercados emergentes, de 22,6%. Apesar de não representarem numericamente a maioria das bolsas, os mercados americanos e europeus puxam para baixo a média mundial, já que possuem a maior parte do volume financeiro movimentado. Nesse mesmo período, no Brasil, a Bovespa desvalorizou-se US\$ 175,6 bilhões ou 12,55%.¹

A crise de 2008 trouxe novos determinantes não só por sua intensidade como pela dosagem do remédio adotado pelos países centrais: massiva estatização de bancos e grandes empresas industriais como pela gigantesca emissão monetária e queda da taxas básicas de juros próximas de zero nos países que representam mais de 80% do PIB mundial, provocando uma nova onda de liquidez mundial.

¹ <http://economia.estadao.com.br/noticias/economia%20brasil,bolsas-no-mundo-todo-perdem-us-50-tri-em-quatro-anos-de-crise,104131,0.htm>



3 O PAPEL DO BNDES E O SUBSÍDIO AO GRANDE CAPITAL

Na tentativa de conter os efeitos da crise capitalista mundial de 2008 o governo brasileiro interviu no sentido de resguardar os interesses privados, pois além de salvar bancos e grandes empresas, lançou mão do dinheiro público para impulsionar os gastos com as obras da Copa de 2014, as grandes hidrelétricas e olimpíada de 2016. Ao mesmo tempo, aumentava o volume de recursos subsidiados emprestados pelo BNDES para esta finalidade. Parte destes recursos vinha dos créditos do Tesouro nacional acompanhados pelos sucessivos cortes no Orçamento da União das chamadas despesas sociais. Segundo a própria presidente o corte de R\$ 50 bilhões, em 2011, não iria recair sobre os investimentos do PAC, nem nos gastos com a copa de 2014, prioritários para os lucros das empreiteiras. O motivo do corte continuou a ser o mesmo: pagar a dívida pública e assegurar os ganhos dos bancos e dos fundos de pensão. Parte desta dívida foi contraída fruto dos efeitos da crise capitalista mundial, em especial os recursos usados desde 2008 para salvar bancos, empreiteiras, montadoras, agronegócio. Isso não ocorre por acaso, já que as empreiteiras tiveram um papel decisivo nas últimas eleições.

Parte dos recursos do BNDES serviu para impulsionar a política formação de grandes empresas brasileiras através do auxílio a fusão e aquisição de grupos considerados estratégicos pelo governo para a disputa de mercado no exterior. Ou seja, fortalecer a expansão de setores monopolistas ditos nacionais com dinheiro subsidiado. Teve destaque também a liberação de recursos para o financiamento de empresas interessadas no processo de privatização de aeroportos, portos, rodovias, ferrovias. Isto ficou claro em 2011, quando o BNDES emprestou R\$ 140 bilhões, sendo 40% para infraestrutura, a partir de repasses do Tesouro Nacional. Todavia, parte dos recursos foi destinada a estímulo a nova etapa de privatização de aeroportos e rodovias federais. O crédito barato do BNDES para até 80% dos investimentos nos terminais foi um fator decisivo nas contas dos consórcios que resultaram num ágio médio de 347% e



arrecadação de R\$ 24,7 bilhões. Ou seja, a iniciativa é privada, mas o crédito é estatal e quem paga a conta final é a classe trabalhadora que ficará sem serviço público, pois parte dos recursos usados por este banco estatal vem de repasses oriundos do Tesouro, mediante cortes ocorridos nos investimentos sociais.

Desta forma os fundos de pensão vivem nos vários momentos, juntamente com os grandes capitalistas no uso de dinheiro público em várias etapas, seja no momento da linha de crédito subsidiado para comprar empresas estatais ou privadas, seja na obtenção de renúncias fiscais como proprietários de parte destas grandes empresas, dentro da chamada política industrial, e principalmente na apropriação de grande parte da receita pública na forma de pagamento do serviço da dívida pública, já que são grandes compradores da dívida pública. Com isto, eles assumem uma dupla e conflitante função: na primeira seriam as molas propulsoras do desenvolvimento capitalista, como acionistas e gestores de grandes empresas associados com as grandes empreiteiras. Do outro lado, estes fundos são decisivos na rolagem da dívida pública, já que grande parte dos recursos dos fundos está envolvida na rolagem da dívida.

No primeiro momento recebem empréstimos com juros subsidiados do BNDES de 6% ao ano. Em seguida emprestam dinheiro ao próprio Estado a 10% ao ano através da compra de títulos públicos. Para bancar o BNDES nesta tarefa suicida o Tesouro Nacional libera recursos que acabam por ampliar ainda mais a dívida. O corte nos gastos com serviços públicos acaba sendo o mecanismo para obter recursos para bancar esta nova dívida. Com a precarização do serviço vindo do baixo investimento nesta finalidade aparece a desculpa para a privatização dos serviços ainda existentes, onde o BNDES entrará novamente financiando a juros subsidiados.

Visando aquecer a economia a União autorizou o aumento das dívidas de 17 Estados, para que estes estados pudessem acelerar suas próprias obras de infraestrutura para estimular o crescimento econômico do país. O montante de endividamento autorizado é da ordem de R\$ 42 bilhões. Até então tínhamos uma proibição de novas dívidas e um rígido controle pela Lei de Responsabilidade Fiscal para assegurar o pagamento da dívida pública dos Estados e município que fora federalizada em 1997 a taxas de juros extorsivas. Dentre os estados autorizados para mais endividamento temos,



inicialmente, aqueles envolvidos com gastos para a copa de 2014.

Para bancar esta burguesia parasitária associada com os fundos de pensão o BNDES emprestou 391% em dólares em cinco anos (2005 e 2010), enquanto os empréstimos do Bando Mundial avançaram 196%, representando três vezes mais do que fez esta instituição multilateral. Somente em 2010 este banco brasileiro emprestou US\$ 96,32 bilhões, enquanto o BIRD concedeu US\$ 28,85 bilhões em empréstimos¹.

4 A QUEDA DA TAXA BÁSICA E O BAIXO INVESTIMENTO

É importante lembrar que a taxa básica dos países que possuem 80% do PIB mundial no momento está próxima de zero, nos EUA, Japão, União europeia. Antes disso é importante destacar que no início dos anos 80, na chamada reaganomia, tivemos a política dos juros altos com forma de conter os efeitos da recessão de 1980 - 81. Ou seja, o início do neoliberalismo nos EUA foi marcado pela política dos juros altos. Tal política possibilitou a estabilização do dólar e transformou os títulos do tesouro estadunidense no objeto de desejo dos principais rentistas.

Esta crescente valorização destes títulos somada à desregulamentação financeira, a securitização das dívidas acabaram por dar vazão à expansão dos fundos de pensão, quando se inaugura a chamada década perdida. Temos o surgimento de um novo seguimento de rentistas com um volume de recurso bem mais elevado que os bancos, com objetivo de obtenção de previdência privada. Ou seja, quando se inaugura a década perdida explode a valorização das bolsas, enquanto se manifesta a crise de crédito. Naquele momento, os recursos dos fundos de pensão se dirigiram para o mercado de ações e para os títulos públicos impulsionando o caráter especulativo destes mercados. O aumento do capital em ações não resultou em aumento da atividade econômica, na chamada década perdida. A desregulamentação financeira vai acelerar ainda mais este processo.

A baixa da taxa de juros teve início em 1991 nos EUA visando combater a

¹ <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,bndes-empresta-391-mais-em-5-anos-e-supera-em-tres-vezes-o-banco-mundial,689817,0.htm>



recessão deste período. Porém, em 2003 esta taxa chega a 1% ao ano nos EUA. Todavia, desde 2008 aquele país pratica uma taxa de 0,25% ao ano, juros negativos. Os países desenvolvidos estão praticando taxas próximas de zero já faz tempo e suas respectivas economias não estão reagindo. Ao contrário, cada etapa de queda da taxa de juros foi acompanhada pela expansão do crédito. Todavia, cada etapa desta fez a crise de superprodução ainda mais aguda. O que alguns países subdesenvolvidos estão fazendo neste momento os países desenvolvidos já fizeram a um tempo atrás. Para conter a crise de 1991, baixaram a taxa de juros para 6% ao ano que resultou na crise das bolsas de 2000 - 2002, onde foram perdidos US\$ 15 trilhões. Este processo ficou conhecido como a crise da economia ponto com ou a bolha da internet. A resposta aos efeitos desta crise foi a brusca queda desta taxa para 1% ao ano em 2003 feita pelo Banco Central dos EUA. Este fator mais a expansão da economia chinesa e indiana somado a grande valorização das commodities possibilitaram às economias subdesenvolvidas expansão. Todavia, esta expansão foi marcada por um processo de desindustrialização e de reprimarização da economia brasileira.

O Estado brasileiro, que, de várias formas, possibilitou a expansão nos anos 70, acabou se exaurindo como motor do desenvolvimento e tornando-se refém desses mesmos agentes privados, para poder rolar sua dívida nos anos 90. Isto porque, já estava endividado em 1994, no início do Plano Real, ficou ainda mais em 2011, comprometendo ainda mais a capacidade de financiamento do Estado nas funções anticíclicas, além de abandonar quase que inteiramente a chamada função social.

O deslocamento de recursos especialmente para os países subdesenvolvidos contribuindo para uma nova onda de valorização das bolsas, especialmente a bolsa brasileira. Esta mudança brusca de cenário internacional vai ser decisiva no mandato do presidente Lula da Silva até 2008. Se no período de 1994 a 2002 o cenário internacional foi marcado por seguidas etapas da crise de superprodução manifestada em países subdesenvolvidos como a crise mexicana em 1995, crise asiática em 1997, crise russa em 1998, crise argentina em 2001, a partir daí a crise vai se manifestar no epicentro do capitalismo, especialmente nos EUA.

Se antes tínhamos crescentes fugas de capitais contidas por elevações



persistentes da taxa básica de juros no Brasil, a partir da crise de 2000 - 2002 e das iniciativas de contenção dos seus efeitos recessivos o que tivemos foi um deslocamento de capitais dos países centrais para os países subdesenvolvidos. Esta gigantesca expansão da liquidez mundial ao contrário de conter a crise anterior a fez ainda mais amplificada levando a crise de 2008, aonde as perdas nas bolsas chegaram a mais de US\$ 40 trilhões, especialmente nos EUA e Europa, Japão e China.

Dentro do chamado neo desenvolvimentismo o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC foi colocado como instrumento de contenção dos efeitos da crise capitalista mundial de 2008. Todavia, o PAC buscava retomar o conjunto de iniciativas propostas pelo Programa Avança Brasil do governo FHC. O Plano Plurianual PPA, conhecido como o programa Avança Brasil, foi desenvolvido para o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (1998 - 2002), visando a continuidade de seu projeto anterior, o programa Brasil em Ação. Este programa foi criado por José Paulo Silveira inspirado em um texto de Eliezer Batista, pai de Eike Batista¹.

Segundo Oliveira e Ponte (2006, p 1) o crescimento dos fundos de pensão no Brasil “vem sendo incentivado pelo governo federal, na tentativa de ampliar a poupança nacional, estável e de longo prazo, de modo a diminuir a dependência da nossa economia do capital estrangeiro”. Desta forma, tenta-se superar a vulnerabilidade externa marcante das fases anteriores. Este argumento está presente na exposição de motivos para a reforma da previdência e criação do FUNPRESP. Dentro deste processo esperava-se que ocorresse uma expansão do mercado de capitais e por sua vez aumento do nível de investimento produtivo que resultasse em crescimento econômico.

Este argumento repete as bases do colocado por Martin Wolf, colunista do jornal Financial Times, que afirmou que o principal desafio para o Brasil se tornar um país desenvolvido é aumentar o nível de poupança interna. Um dos caminhos para conseguir isso, seria o estabelecimento de um esquema nacional de poupança para pensões.² O papel desenvolvimentista do estado brasileiro só é possível quando ele supera negativamente o parasitismo privado convertendo capital inativo em capital produtivo por

¹ http://bresserpereira.org.br/ver_file_3.asp?id=1381

² http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/09/100924_desenvolvimento_martin_wolf_rw.shtml



sua conta e risco (XAVIER, 1995). Na essência o Estado estatiza o crédito, o consumo e parte da produção.

No entanto conforme revela a tabela abaixo o que se convencionou chamar de neo desenvolvimentismo no Brasil não é algo exclusivo do governo Lula da Silva desde 2003. Aliás, em se tratando de crescimento do PIB América Latina o Brasil teve taxas inferiores a outros países.

**Taxa de Crescimento do Produto Interno Bruto da América Latina
Por Países, 2002 - 2011**

Países	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	(%)
América Latina e Caribe (en)	(0,4)	2,1	6,1	4,9	5,8	5,9	4,3	(1,6)	6,2	4,7	
América Latina e Caribe (toc)	(0,3)	2,2	6,1	4,9	5,8	5,9	4,3	(1,7)	6,0	4,6	
Argentina	###	8,8	9,0	9,2	8,5	8,7	6,8	0,9	9,2	8,9	
Aruba	(2,6)	1,6	-	###	-	-	###	-	-	###	
Barbados	(3,5)	2,0	3,7	3,2	3,4	0,5	0,2	(5,3)	-	###	
Belize	5,1	9,3	4,6	3,0	4,7	1,3	3,6	-	2,9	2,0	
Bermudas	4,8	2,9	3,6	5,2	6,4	4,2	(0,3)	(4,8)	(1,9)	-	
Bolívia	2,5	2,7	4,2	4,4	4,8	4,6	6,1	3,4	4,1	5,1	
Brasil	2,7	1,1	5,7	3,2	4,0	6,1	5,2	(0,3)	7,5	2,7	
Chile	2,2	3,9	6,0	5,6	4,6	4,6	3,7	(1,0)	6,1	6,0	
Colômbia	2,5	3,9	5,3	4,7	6,7	6,9	3,5	1,7	4,0	5,9	
Costa Rica	2,9	6,4	4,3	5,9	8,8	7,9	2,7	(1,0)	4,7	4,2	
El Salvador	2,3	2,3	1,9	3,6	3,9	3,8	1,3	(3,1)	1,4	1,5	
Ecuador	5,1	3,3	8,8	5,7	4,8	2,0	7,2	0,4	3,6	4,8	
Guatemala	3,9	2,5	3,2	3,3	5,4	6,3	3,3	0,5	2,9	3,9	
Guiana e Guiana Francesa	1,1	(1,0)	3,3	(2,0)	5,1	7,0	2,0	3,3	4,4	-	
Haiti	(0,3)	0,4	(3,5)	1,8	2,3	3,3	0,8	2,9	(5,4)	5,6	
Honduras	3,8	4,5	6,2	6,1	6,6	6,2	4,2	(2,1)	2,8	3,4	
Jamaica	1,0	5,0	1,4	1,0	2,7	1,4	(0,5)	(2,6)	(0,6)	1,3	
México	0,8	1,4	4,1	3,2	5,2	3,3	1,2	(6,2)	5,5	3,9	
Nicarágua	0,8	2,5	5,3	4,3	5,6	4,9	3,6	(1,5)	4,5	4,7	
Panamá	2,2	4,2	7,5	7,2	8,5	12,1	10,7	3,2	8,3	10,6	
Paraguai	(0,0)	3,8	4,1	2,9	4,3	6,8	5,8	(3,8)	15,0	4,0	
Peru	5,0	4,0	5,0	6,8	7,7	8,9	9,8	0,8	8,8	6,9	
Porto Rico	-	-	-	###	-	-	###	(2,3)	(2,1)	-	
República Dominicana	5,8	(0,3)	1,3	9,3	10,7	8,5	5,3	3,5	7,8	4,5	
Suriname	4,8	6,0	8,7	4,6	3,8	5,2	4,7	3,0	4,1	-	
Trinidad e Tobago	8,0	14,4	7,9	5,8	13,2	4,8	2,4	(3,3)	(0,0)	(1,4)	
Uruguai	(7,7)	0,8	5,0	7,5	4,3	7,3	8,6	2,4	8,9	5,7	
Venezuela	(8,9)	(7,8)	18,3	10,3	9,9	8,8	5,3	(3,2)	(1,5)	4,2	

Fonte: Banco Mundial (agosto 2012)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O papel dos fundos de pensão é mistificado pois procura destacar uma suposta dimensão desenvolvimentista encobrendo o fato de que são responsáveis pela rolagem de uma grande parte da dívida pública ao mesmo tempo são beneficiados por grande volume de capital estatal subsidiado via BNDES. O que temos agora é a diferenciação da manifestação de um mesmo fenômeno em tempos distintos de ocorrência, mas com resultados previstos. Na prática o que observamos é o aprofundar de uma crise fiscal e financeira do Estado capitalista movidos pela crescente desintegração da moeda



fiduciária, peça fundamental da intervenção estatal desde a grande depressão dos anos 30. A intervenção estatal é cada vez mais elevada no sentido de reguardar os interesses daqueles que vivem de rendas, sejam os capitalistas, diretamente, como os fundos de pensão, indiretamente. Porém, os resultados quanto a retomada da taxa de investimento produtivo são cada vez mais pífios, enquanto aprofunda crise da política monetária como instrumento da ação anticíclica do Estado. O neoliberalismo entra em crise e o que vem pela frente é mais neoliberalismo. Nos países centrais já baixaram próximos de zero e aquelas economias não dão sinais de retomada. Parte das causas da crise de superprodução que ora vivenciamos na economia mundial se deve as tentativas anteriores que contenção desta crise.

Marx (1987) já havia destacado que o crédito num primeiro momento serve para amenizar os efeitos da crise, porém tornando-a mais amplificada no momento seguinte. Acreditar que baixar a taxa de juros implica na simples retomada do crescimento econômico é não ter a ideia exata da dimensão que a crise de superprodução levou impasse na reprodução do capital e na exaustão do Estado capitalista com a nova etapa explosiva da dívida pública. Ou seja, é não entender qual o papel que é colocado para o estado capitalista no momento da crise. Ou seja, a dívida pública cresce cada vez mais devido aos crescentes impactos da crise assumidos pelos respectivos estados. Cabe aos partidos que se coloca na perspectiva de transformação social efetiva ir muito além de propor elementos de política econômica. É necessário construir um programa que sirva para a transição efetiva. Dentro disto é importante a luta pelo não pagamento da dívida pública e pagamento da dívida social. Nesta direção torna-se fundamental o combate a privatização da seguridade social, a reforma agrária e a defesa dos serviços públicos.

O PT repete a mesma ilusão do Governo Geisel, que acreditava nos anos 1970, que estes fundos seriam geradores de poupança de longo prazo, da expansão do mercado de capitais, de crescimento econômico e garantidor de previdência. Nessa direção, para aprovar esta reforma em 2003 o PT lançou mão da compra de deputados conforme apontou o STF no julgamento do mensalão. Esta crença é a parte fundamental do neo desenvolvimentismo. Assim, os fundos privados para garantirem o futuro de alguns, ameaçam o presente e o futuro de toda a classe trabalhadora, pois quebram a



solidariedade de classe e entre gerações e colocam a nossa velhice na dependência da volatilidade dos mercados especulativos. Pela anulação da Reforma da Previdência e resgate do Sistema de Seguridade Social. A defesa da Seguridade Social, entretanto, não é tarefa apenas dos trabalhadores brasileiros, mas de todos os trabalhadores do mundo.

BIBLIOGRAFIA:

GOMES, José M. ENTRE MARX E KEYNES: nem endividamento público, nem restauração capitalista. Por uma saída anticapitalista. Disponível em <http://escribomania/doc/76464140/Entre-Marx-e-Keynes-Texto-Final> acesso em 10.01.13

JARDIM, Maria Aparecida. Fundos de Pensão dos Estados Unidos e do Canadá e suas influências no modelo de fundos de pensão no Brasil. In: REDD - Revista Espaço de Diálogo e Desconexão, Araraquara, v.1, n.2, jan./ jul. 2009.

LUCE, Mathias Seibel. BRASIL: NOVA CLASSE MÉDIA OU NOVAS FORMAS DE SUPEREXPLORAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA? Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 11 n. 1, p. 169-190, jan./abr. 2013 Disponível em <http://www.revista.epsiv.fiocruz.br/upload/revistas/r472.pdf> Acesso em 16.01.03

MARX, Karl. *O Capital*, Livro III, vol 4 e 5. São Paulo, DIFEL, 1987.

OLIVEIRA, Lilian e PONTE, Vera Maria. O papel da controladoria nos fundos de pensão. In: http://www.rcc.ufsc.br/edicao5/artigos_ed5/Jan_Jun_2006_artigo5.pdf acesso em 14 de outubro 2012

SAMPAIO Jr, Plínio Arruda. Desenvolvimentismo e neo desenvolvimentismo: tragédia e farsa. Serv. Soc. Soc. no.112 São Paulo Oct./Dec. 2012 disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282012000400004&script=sci_arttext acesso em 10.01.13

TOPIK, Steven. "Capital estrangeiro e o estado no sistema bancário brasileiro: 1889-1930". *Revista Brasileira de Mercado de Capitais*. Rio de Janeiro, Vol. 5, nº 15: 395-421, set.-dez. 1979.

XAVIER, Jurandir. A industrialização subdesenvolvida: capital, classe e Estado na



industrialização brasileira. João Pessoa: UFPB Editora Universitária, 1995.

A ÚLTIMA CRISE: desde o colapso de Lehman Brothers até a questão da dívida pública europeia

Francesco Schettino¹

1 INTRODUÇÃO

Chegamos ao enésimo ano de recessão na maioria dos países de capitalismo avançado, e dificilmente encontraremos alguém, mesmo entre os mais convencidos e fieis apologistas do modo de produção atual e de suas lógicas, que ainda se atreva a falar em crise passageira, momentânea e a sustentar eufemismos parecidos. De resto, os dados mais recentes que dizem respeito à situação dos *piigs*, e da inteira eurozona, perfilam um quadro do futuro, no mínimo, obscuro: o que apenas iniciou será, sem dúvida, um dos anos mais duros da inteira história do capitalismo. A Grécia já mergulha no abismo; o empréstimo de 130 bilhões de € concedido em início de 2012, tanto exaltado pelo capital financeiro e pelos relativos agentes da imprensa, servirá apenas a permitir o reembolso, pago pelos trabalhadores gregos, de parte dos empréstimos contraídos pelo Estado grego com bancos e indústrias estrangeiras (alemãs e francesas *in primis*); a temida tributação forçada sobre as contas correntes cipriotas assolou, em poucos momentos, o inteiro continente; Itália, Espanha, Portugal que estão lidando inclusive com uma instabilidade política, parecem andar na corda bamba cada vez mais sutil, não tendo minimamente resolvido os problemas que dizem respeito à acumulação de capital e a um endividamento insano.

¹ Doutor. Seconda Università' Di Napoli - Dipartimento Di Giurisprudenza



A perspectiva de uma falência “pilotada” para a Grécia já se dá como inevitavelmente subentendida (sem que isto implique necessariamente numa saída do País da união monetária); a única incógnita, por enquanto, é apenas a data do colapso e de suas consequências sobre todo o capital ligado ao euro e, portanto, sobre os capitais ligados respectivamente ao dólar e às moedas asiáticas. A frente italiana, doutro lado, não deixa prever resultados mais brilhantes dos desempenhados pelo país helênico: há uma semelhança de pontos de vista sobre o fato de que, se tudo der certo, a produção interna bruta italiana cairá este ano mais de um ponto percentual, determinando, fortes repercussões sobre os trabalhadores (desempregados ou empregados de diversos tipos) com todo respeito ao otimismo propagandeado para quem impôs lágrimas e extraiu sangue das massas já de joelhos, através das políticas de austeridade. Pior que a Itália continua sendo a situação geral das economias da península ibérica consideradas, inclusive pelas agências de *rating*, como os mais fracos e com alto risco de *default* no tabuleiro europeu (além de, obviamente, Grécia e Chipre). Por estas e outras razões ainda, ouvimos hoje velhos e novos acadêmicos – que até 2008 exaltaram, ideologizando desta forma milhares de estudantes, o perfeito sistema econômico do insulso Say (precursor da escola neoclássica) – dizerem que os últimos “terríveis” quatro/cinco anos poderiam não ser atribuíveis a uma momentânea e cíclica depressão, mas a uma verdadeira crise sistêmica.

A este propósito, entre as inúmeras esquizofrênicas declarações que, justamente nos dias do colapso Lehman Brothers, apareceram nos jornais, vale lembrar a de um pretenso analista, agente do capital pago dezenas de milhares de dólares Usa por mês, Allan Sinai – fundador, além de diretor geral, da Global economist and strategist, decision economics – que relativamente à posição financeira de Lehman Brothers, em 21 de agosto do mesmo ano definiu o colosso estadunidense como um “banco sólido”: pena que 25 dias depois, o mesmo banco foi obrigado a recorrer ao *chapter 11* (ou seja, a bancarrota) ao então governo Bush jr. Desta perspectiva, a pergunta trivial da rainha de Inglaterra aos economistas da famosa London School of Economics – “como é possível que ninguém percebeu a crise terrível que estava para desencadear-se?” – poderia até mesmo ser compartilhada, se não tivéssemos a exata



consciência do papel que os mesmos economistas ocupam no modo de produção atual, isto é, o braço ideológico do capital, sendo, portanto, os verdadeiro ocultadores da dinâmica de classe.

Além das singulares peculiaridades das fantasiosas teorias espalhadas tanto no âmbito universitário como na divulgação popular – desde o decrescimento feliz até os “mirabolantes” modelos econométricos que prefiguram a “virtuosa” saída do euro dos países do Sul da Europa – , é significativo notar que, o que une todos estas novas abordagens, é a constante e precisa indiferença e ignorância da análise marxiana que, em realidade, é a única abordagem científica que detalhadamente analisou, identificando com precisão, tanto as razões como o desenvolvimento das crises capitalistas: esta ideológica *distração* de massas direcionou a atenção para uma improfícua caça aos bode expiatórios.

Contam-se talvez uma centena de *causas* da crise identificadas por improvisados especialistas; e isto determinou que a classe subalterna – ou seja, a que *naturalmente* está sofrendo de maneira mais dramática os efeitos da crise – ficasse em uma situação de total confusão por causa de tal hiperinformação (que, como se sabe é sinônimo de desinformação), inclusive distorcida, no momento em que não consegue compreender minimamente a origem de seu desespero (a vitória do M5S nas últimas eleições italianas é a manifestação mais clara disto). Doutro lado, seria em absoluto contrário à missão de tais funcionários do capital admitir que o *natural* desenvolvimento do modo de produção é o que produziu a crise, e o que vivemos não é um acaso, mas a *regra*: a justificativa baseada em causas “exógenas” é, portanto, completamente instrumental, voltada a não provocar arranhões no perfeito equilíbrio do sistema, que o capitalismo, ao contrário, só pode garantir se for *deixado* livre de agir. Portanto, longe de querer apresentar a realidade em si, por meio de uma verdadeira “caça às bruxas” todos os agentes do capital identificaram, com ritmo incessante, pelo menos cerca de cinquenta presumidas cepas da doenças, obviamente todas desmentidas em breve.

2 O JANTAR DE MANHATTAN E O ABISMO GREGO



Era um inverno entre os mais rigorosos das últimas décadas. Manhattan já não era mais a ilha dos sorrisos plastificados, e das festas nos exclusivos apartamentos da burguesia nova-iorquina; ali, também, iniciavam a sentir-se e, sobretudo, a verem-se os efeitos devastadores da crise após o colapso de Lehman Brothers. Mendigos e sem teto já não se limitavam aos bairros marginais, mas como velhos fantasmas de uma economia capitalista em ascensão, iniciavam a tomar forma, a materializar-se em carne e osso, mostrando a todos a crua realidade do modo de produção atual.

Porém, os odores, a fumaça, o ar continuavam sendo os mesmos fielmente descritos pelos filmes de Woody Allen. É exatamente nesta atmosfera que queremos imaginar este jantar, a base de frango assado ao limão e filés de primeira escolha, no dia 8 de fevereiro de 2010, no apartamento de um *broker* local (Monness, Crespi, Hardt & co.) a que participam diversos *gurus* da finança “euamerikana”, entre os maiores e mais perigosos terroristas dos trabalhadores do mundo inteiro: os representantes (os “homens”) de Soros Group, de Sac Capital, de Greenlight Capital, de Brigade C. e da Paulson & Co., (a não ser confundido com o ex-secretário do Tesouro de Bush jr, ademais diretor executivo, em um recente passado, de Goldman-Sachs, mas segundo algumas fontes alinhado contra a operação especulativa). Embora os nomes citados não consigam contar por completo as avidas potencialidades que atrás deles se escondem, com certeza, cada vez que eles se reúnem, a vida de milhões de trabalhadores é gravemente ameaçada, porque, sendo estes senhores os mais importantes gestores dos *hedge fund* (os fundos de cobertura), fica evidente que cada convergência de objetivos entre eles pode determinar verdadeiras tempestades em qualquer mercado de qualquer país.

Os movimentos “em bloco” deste capital fictício, ou seja, de uma forma peculiar de (não) existência do capital mesmo, demonstraram sua capacidade de detonação desde as crises de fim da década de Noventa (México, tigres asiáticos, Rússia e Brasil). E por esta razão cabe lembrar que a esta especulação, que corresponde à fase alta do ciclo da crise de superprodução, participa o capital em sua totalidade, não somente o capital “mau”, parasitário. Constituem capital fictício, portanto, os chamados “produtos derivados” que estão à base de recentes explosões e colapsos nos negócios da bolsa.



Trata-se apenas, sinteticamente, de apostas sobre oscilações e avaliações futuras (contratos a termo, opções de pagamento com prazos diferidos entre preços de compra e venda, calculadas eventualmente não sobre títulos particulares, mas sobre os “índices” oficiais das principais bolsas internacionais, vendas a descoberto, etc.). Claramente, tais apostas quase sempre são efetuadas sem ter dinheiro no bolso: isto provoca as chamadas bolhas especulativas.

Naquela segunda-feira de fevereiro, como já detalhadamente relevado pelo *Wsj* [*Hedge funds try to "career trade" against euro*, 26.2.2010], estes personagens decidiram que estava na hora de assaltar: contudo, em evidente descontinuidade com o passado, cabe ressaltar que desta vez o objetivo não era representado pelas economias dos países do Terceiro mundo, mas pelos apêndices mais fracos da eurozona, evidenciando assim o recrudescimento, agora explícito, do conflito existente, desde quase uma década, entre os capitais pertencentes a áreas monetárias contrapostas (euro e dólar) e que caracteriza o imperialismo na fase atual (de que falaremos mais adiante) Através do instrumento dos *credit default swap* (um dos produtos financeiros “derivados” mais difusos) estes sicários do capital decidiram atingir pesadamente as economias dos países que hoje são definidos, com menosprezo, de *piigs*, porcos: Portugal, Irlanda, Grécia, Espanha e Itália.

A assim dita “ideia do jantar” [*the idea dinner*], ao que parece, consistiu em investir pesadamente sobre a desvalorização do euro que, desde o máximo alcançado em fim de 2009 de 1,5 \$, nas previsões do especuladores, poderia chegar a 1 \$ após uma arquitetada e simultânea ação voltada a entranhar-se nas contradições mais evidentes da área do euro, ou seja, a dívida dos países do sul do continente aderentes à moeda única. Pela reconstrução dos fatos, parece que foi justamente o chefe do fundo especulativo *Brigade capital*, Donald Morgan, a identificar no endividamento grego a brecha para inserir o agulhão e determinar, ao seu dizer, um efeito domino que deveria em breve tempo levar aos resultados esperados. A ideia deve ter convencido a todos os presentes porque, já durante a semana do “jantar” o volume de apostas na queda do euro alcançou o máximo, pelo que Morgan Stanley admitiu, de 60mil *futures* contratados. Não casualmente, somente algum dia após 8 de fevereiro, a taxa de câmbio com o



dólar Eua alcançava o mínimo de 1,35€ registrando uma queda evidentemente manobrada por uma serie de operações muito bem planejadas e coordenadas. Doutro lado, pessoas como Soros, que explicitamente afirmava que o “euro poderá sofrer um colapso a breve” – há 18 anos havia dirigido a operação de especulação sobre a libra britânica embolsando ao fim de jogo cerca de um bilhão de dólares de lucros, impondo à Inglaterra a saída do mecanismo europeu das taxas de câmbio, com consequente e até demasiado previsível massacre das condições de vida dos trabalhadores do país.

A onda de especulação contra os países da eurozona dos primeiros meses de 2010 foi erroneamente definida por alguns – e ideologicamente por muitos outros – de “nova crise”. Este tipo de colocação da questão pressuporia a existência de uma “velha crise” com evidente referimento aos acontecimentos dos meses sucessivos ao colapso (dirigido e, portanto, deste ponto de vista, diferente da crise atual) de Lehmann Brothers; com apenas um mínimo de esforço de análise – infelizmente já efetuado por quem a crise, a crise verdadeira, do trabalho, está pagando na pele – é bastante banal, mas nem por isto óbvio, chegar à conclusão de que a raiz do que aconteceu, até agora, na Grécia, e mais em geral na Europa, seja a mesma que provocou o forte choque de fim de 2008, fazendo vacilar violentamente a inteira fundação do modo de produção capitalista; até mesmo Trichet, em 8 de maio de 2010, definiu em sede oficial a situação atual “crise de sistema”. Trata-se, portanto, da mesma crise de superprodução, vinculada à queda da taxa de lucro, que de um lado acelera incrivelmente as tentativas especulativas e, por outro, acirra o terreno de confronto entre os capitais que pertencem a fileiras produtivas de campos imperialistas contrapostos.

Sem entrar numa análise detalhada da crise geral do capital – iniciada na década de Setenta com a anulação dos acordos de Bretton Woods – alternando fases de expansão a fases de recessão mais fortes, mas desenvolvendo assim uma tendência à queda, é importante lembrar que esta é a única responsável pelo colapso financeiro dos Estados em questão. Com demasiada frequência, diante da emergência de eventos como os atuais que estão assolando a ordem econômica e institucional do velho continente, muitos “especialistas”, inclusive quem se define marxista, se agitam na caça às bruxas tentando descobrir o bode expiatório, na perversa lógica de tentar isolar a



hipotética “maça podre” (neste caso os especuladores) que estragaria as outras que, ao invés, seriam “sadias”.

Neste contexto, os chamados “especuladores sem escrúpulos” – mais corretamente o capital fictício – foram identificados como os principais responsáveis da questão, como se existissem especuladores “escrupulosos” (evidente oxímoro) ou como se tivesse sentido efetuar uma distinção entre capital “bom” e capital “ruim”. Esta tipologia de separação é, além de errônea, fortemente enganosa, porque se resolve na infundada acusação contra um não bem definido liberalismo “sem freios” (isto pressuporia a existência de um liberalismo bom, talvez com o freio de mão puxado...) e à consequente hipótese de políticas *ad hoc*, como o não-conceito abusado de “regulamentação dos mercados (financeiros, do trabalho, etc.)” que potencialmente travariam e preveriam estes fenômenos. Como já dissemos várias vezes nesta revista, o aval a estas posições significa completa ignorância do modo de produção capitalista, em sua contraditória unicidade e multiplicidade e de seu geral e particular funcionamento.

O objetivo do capital, com efeito, é a acumulação, que pode acontecer com ou sem a produção de valor: como lembra Marx – já que a produção do capital se diferencia dos precedentes modos de produção exatamente para ter em seus fundamentos a finalidade da troca e não do uso dos produtos – a mercadoria mesma, em típico processo global de produção e circulação, a fórmula “dinheiro-mercadoria-dinheiro valorizado” pode tornar-se, nos momentos de crise, um empecilho para a acumulação, um lastro que qualquer capital preferiria jogar fora através de fenômenos de especulação, reduzindo a fórmula aos seus dois polos extremos, “dinheiro-dinheiro valorizado”, dinheiro que cria mais dinheiro.

Um dos fatores que inibe os muitos pequenos capitais, só aparentemente mais humanos, mergulharem em ações especulativas é que, sendo o jogo da bolsa um jogo a soma zero, se não se consegue arrancar aos outros capitalistas as cotas de mais-valia produzidas alhures, inevitavelmente, sucumbe-se: não há nada de “ética” ou outros devaneios parecidos nisto. Julgamos importante, mais uma vez, tentar definir justamente este aspecto: os órgãos de (des)informação se apressam em dizer que a cada sessão particularmente negativa a bolsa “queimou” – ou, no caso de especulação, ganhou –



bilhões ou milhões de euro ou de dólares, como se tratasse de riqueza real, ou seja, de valor já produzido capitalisticamente. Na realidade, já realçava Marx há um século e meio atrás, “com o desenvolvimento do comércio e da produção capitalista, que produz unicamente para a circulação, a base natural do sistema de crédito se amplia se generaliza, se aperfeiçoa. De todas essas formas, entretanto, o capital produtivo a juros constitui o fetiche mais completo”, onde a fórmula $[D-M-D']$ é reduzida a $[D-D']$, em que o capital enquanto portador de juro composto, aparece como “um Moloch que exige o mundo”

Estamos assim diante da “completa retificação, da virada pelo avesso, da loucura do capital enquanto capital produtivo a juros – em que, entretanto, se manifesta a íntima natureza da produção capitalista, sua loucura, na forma mais tangível”. Já é intrínseco à etimologia mesma do capital fictício o conceito de aparência, de simulação: sendo o andamento dos preços dos títulos cotados nos mercados da bolsa prevalentemente baseado em verdadeiras apostas sobre o preço, é trivial observar como, globalmente, seja quase completamente desvinculado de qualquer relação com o valor produzido e existente e, mais ainda, não determine de forma mais absoluta, a criação de novo valor, usando somente uma aparente, e, portanto, inexistente, nova riqueza: observava Marx que “a diminuição ou o aumento de valor destes títulos são independentes do movimento de valor do capital real que eles representam, a riqueza de uma nação não varia em consequência de tal diminuição ou aumento. Como sua desvalorização não exprime um efetivo arresto na produção, a nação não resulta empobrecida em um centavo, em seguida ao estouro dessas bolhas de sabão de capital monetário nominal”.

Tratando-se, portanto, de um articulado e complexo sistema baseado na interação de avaliação de diversos operadores sobre o andamento dos preços, absolutamente distintos da base de produção (o valor) – que fica por consequência absolutamente inalterada -, é claro que a regra do jogo consista justamente na determinação dos apostadores, cujas potencialidades de ganho (ou perda) apoiam unicamente no relativo erro (ou justeza) das previsões de seus concorrentes: em síntese – excluindo por enquanto aumentos generalizados e artificiosos dos títulos de ações, as



chamadas bolhas – o ganho dos especuladores “ganhadores” é igual à soma das perdas de quem sai derrotado do jogo. O mesmo discurso vale para as agências de *rating* que nas últimas semanas conquistaram as primeiras páginas dos diários do mundo inteiro: elas são instrumentos afiados nas mãos de quem tem a possibilidade de falsificar o preço dos pacotes de ações que são vendidos como se possuíssem um alto valor, até os compradores descobrirem que se trata de lixo (*junk bonds*). Para além da evidente desonestidade destes avaliadores, atribuir a eles a responsabilidade da crise, seria como considerar a lama excessivamente afiada da faca como a verdadeira responsável por um homicídio: ou seja, confunde-se o ator com o instrumento.

Esclarecida, então, a irrepreensível “moral capitalista” dos convidados ao grande banquete nova-iorquino de fevereiro de 2010, é oportuno refletir sobre as motivações que os induziram a atribuir elevada probabilidade de sucesso a uma operação tão ambiciosa, justamente porque direta ao coração de uma das fileiras dominantes do modo de produção capitalista, a vinculada ao euro. Falou-se muito em artimanhas na contabilidade pública inventadas pelo governo grego conservador de Costas Karamanlis. Ele havia declarado um déficit público marcadamente inferior ao pesadíssimo 12,7% descoberto e admitido depois, em sede institucional, pelo governo socialdemocrata, dos patrões, do Pasok de Papandreu (três vezes superior aos níveis máximos admitidos na eurozona pelo pacto de estabilidade) que representa nada mais que uma situação generalizada de crise de toda a economia helênica – e sobre a qual pesa como uma pedra o nível de ilegalidade (a chamada economia submersa) estimado em cerca de um terço do total.

A evidente potencial insolvência do estado grego, portanto, foi o pretexto que estimulou um inevitável rebaixamento dos títulos de estado (*junk bonds*), o que determinou imediatamente uma queda de seu valor, ou seja, uma drástica redução da riqueza fictícia dos possuidores deste tipo de títulos – principalmente os bancos europeus (veja-se o relatório de Barclays capital, *Greek bondholders - an update*) que desencadeou o pânico nos principais mercados bolsistas. Em particular, cabe ressaltar como grande parte dos empréstimos, que nos últimos anos fizeram crescer de maneira tão evidente o endividamento do Estado grego, derivou dos bancos alemães ligados ao



governo alemão e “garantidos” pelo eixo político Merkel-Karamanlis. Nesta perspectiva, por conseguinte, deve-se interpretar o fluxo de empréstimos fornecido pela Ue à Grécia (e naturalmente pago pelos trabalhadores de todo o continente): permitir aos credores “amigos” a restituição de pelo menos parte do crédito já oferecido. A tal respeito é significativo ressaltar que o mecanismo de garantia da dívida soberana “em sofrimento” esteja atado a um percurso perverso que dificilmente será possível desatar. Quando após a falência de Lehman Brothers, os estados interviram para salvar muitos bancos europeus e estadunidenses, eles foram financiados principalmente... pelos mesmos bancos que estavam à beira do abismo! Não por acaso, exatamente entre o fim de 2008 e início de 2009, os institutos de crédito europeus compraram 357 bilhões de € em títulos de estado, chegando a possuir um total de 1552 bilhões €, valor exorbitante, até mesmo superior ao inteiro Pib da Itália em 2012

Seria, portanto, correto perguntar-se como puderam, bancos à beira do abismo, adquirir um montante de títulos tão oneroso: a resposta, aparentemente absurda, mas compatível com as lógicas de resgate de um modo de produção que já chegou a seus próprios limites, encontra-se no empréstimo que a Bce em maneira realmente gratuita (1% de taxa de juros nominal) concedia sem limites a estes sujeitos que de um lado podiam assim garantir seus próprios créditos, adquirindo as dívidas de seus devedores (isto mesmo, entenderam bem!), do outro lado embolsavam milhões de euro equivalente às taxas pagas pelos títulos da dívida pública através da transferência do salário direto (imposição fiscal)

Contudo, cabe lembrar mais uma vez, o problema é muito mais extenso e envolve o inteiro modo de produção capitalista: convém, portanto, lembrar a situação de endividamento que geralmente aperta todos os estados do mundo. Cumulando as dívidas (privadas e públicas) de Eua, Inglaterra, Japão e Canada, chega-se a um importo de 130 trilhões \$ que, para tornar isto mais compreensível, é o dobro do inteiro valor da produção de mercadorias no mundo inteiro. Disto, cerca da metade é “euamerikana”, enquanto o total das dívidas dos estados europeus amonta a 40 trilhões \$: diante destas somas, evidentemente, os 300 bilhões € da dívida helênica constituem uma entidade irrisória, e isto demonstra mais uma vez que a situação grega não



representa de per si um problema insuperável, particularmente na ótica da desestabilização da inteira eurozona, apesar dos problemas já evidenciados. Para sustentar isto, deve-se notar que também do ponto de vista da crise imobiliária, a Grécia foi um dos países menos afetados pela expansão da bolha que, ao contrário, em outros países da Europa (em particular Espanha, Irlanda, Portugal e Itália) e Eua foi significativa.

O problema está, ao contrário, no fato de que, para sustentar taxas de acumulação que o mercado capitalista, por sua natural finitude – que se choca contraditoriamente com a ruim infinidade da produção capitalista – não garante mais, há décadas, os agentes do capital encheram e, portanto, alteraram artificialmente, a riqueza fictícia mundial como um imenso balão aerostático por meio de mecanismos fiduciários e apostas que se mantêm no fio da navalha no momento em que um dos *irmãos inimigos* decidir atacar um dos elos mais fracos, como em uma “cadeia de Sant Antônio”, todos os possuidores de títulos de valor inexistentes acabam ficando com um monte de lixo em seus orçamentos (por exemplo, os títulos da dívida dos Piigs) e tocam com mão a possibilidade de iminente falência. Para representar a economia capitalista pode ser útil a metáfora do equilibrista, que, até quando a corda segurar, pode caminhar até mesmo por quilômetros, mas à primeira hesitação, ou ao primeiro forte golpe de vento está sujeito a uma queda que lhe impedirá retomar ao seu normal percurso

O capitalismo mundial encontra-se, portanto, em uma condição crítica, e por isto, diante de uma evidente contração da produção real mundial, deve enfrentar um aumento, absoluto e mais ainda relativo (a alavanca financeira), da riqueza fictícia possuída por cada um – capitalistas e famílias (veja-se por exemplo as fraudes dos fundos de pensão) – que se mantêm de pé somente por causa de um precário clima de confiança suscetível de vir a faltar a qualquer momento. Os mecanismos de “resgate”, como veremos, acontecem justamente em função de um simples deslocamento das dívidas (o chamado “refinanciamento”) a sujeitos que são, eles mesmos, altamente endividados, mas que mostram uma estabilidade maior dos que entraram em crise: a situação é tão contorta e desgastada que é suficiente um devedor aparentemente mais confiável assumir as dívidas de um em dificuldade para estabilizar o humor dos



mercados financeiros. Doutro lado, em uma condição de crise generalizada, a estratégia de “atingir e fugir” (*hit and run*) torna-se de central importância. Como complemento, porém, se atuam políticas de *austerity* que essencialmente consistem em piorar drasticamente o valor de troca da força-trabalho (agendo tanto sobre o salário direto como sobre o indireto ou diferido) consentindo assim uma ulterior transferência de mais-valia da classe subalterna para a classe dominante. Contudo, como recentemente calculou uma agência de serviços financeiros, a McKinsey & co., as operações de redução da dívida não são isentas de custos, inclusive para o capital em sua totalidade: na estreita prevalência dos casos (cerca de 45) que se atuaram desde 1930, foram seguidas por uma recessão que durou em média duas ou três anualidades; em uma fase como a atual, as coisas poderiam até serem piores.

Com certeza, como muitos analistas já observaram, o colapso da Grécia representou um banco de prova para a estabilidade política, antes que econômica, da eurozona. Muitos se apressaram em acusar em particular a Alemanha e Angela Merkel de titubear e de perder, segundo eles, tempo precioso para intervir no resgate do estado helênico: foram desenhados os cenários mais variegados, entre eles o retorno da Grécia à dracma e à inevitabilidade do *default* da economia local por causa da excessiva proximidade do vencimento de diversos títulos de estado. Francamente é difícil dizer se faltou tempestividade mas, com certeza, o ataque especulativo, pelo que dissemos, tem dimensões tão amplas que tornam complexa a decisão até para o mais perspicaz entre os políticos. Em muitos sugeriram a intervenção massiva e imediata, não somente do Fmi, como também do Bce para pôr um freio à violenta voragem que está sacudindo três quartos da Europa, entre o fim de abril e os primeiros dias de maio. Todavia, o artigo 123 do tratado de Lisboa põe limites objetivos ao Banco central europeu impedindo-lhe de comprar diretamente os títulos da dívida emitidos pelos governos ou por outras entidades do setor público (como veremos em seguida, o Fundo resgata-estados interveio exatamente nesta direção): contemporaneamente, porém o mesmo artigo não impede a compra da dívida no mercado, através de operações definidas de mercado aberto. Isto quer dizer que o Bce pode comprar os títulos da dívida de cada estado da Ue como um



investidor qualquer: para fazer isto, portanto, dever conceder significativas quantidades de euro que imediatamente são versadas no mercado das obrigações.

Assim, à base de todos os movimentos ilustrados parece estar presente um insensato choque entre capitais, ligados a áreas monetárias contrapostas (euro e dólar) que refletem o antagonismo interno à classe dominante que caracteriza, substancialmente, a atual fase do imperialismo.

1. A conflitualidade monetária

Para compreender corretamente o conceito de áreas monetárias – adequado à fase de conflito entre capitais na fase, velha de quarenta anos, do imperialismo em crise – torna-se prioritário esclarecer o papel que o dinheiro assume dentro do modo de produção capitalista. Este esclarecimento teórico – que de qualquer forma não tem a pretensão de ser completamente exaustiva – torna-se ainda mais urgente se considerarmos o abuso que se faz dela e que, obviamente, distorce e esconde a substância do conflito monetário em curso: não se deve esquecer, a tal propósito, que a economia acadêmica – ou seja, burguesa – baseia suas próprias fumosas teorias no assunto de que a moeda seja um “véu” e, portanto, um elemento desnecessário na produção de mercadorias e, portanto, acrescentamos nós, de valor e mais-valia. Nada mais falso!

O enigma do “fetiche dinheiro” deslumbra o olho, de modo que o domínio do “metal maldito” apareça como pura loucura, uma loucura – escreveu Marx na primeira redação de seus manuscritos – que cresce a partir do mesmo processo econômico. Mas justamente esta loucura é a que “aparece” realmente, em toda sua inadequação, à consciência popular que “compreende assim o dinheiro, em suas determinações, como arbitrarias invenções, introduzidas convencionalmente por comodidade”. Não casualmente, então, acontece que em base ao senso comum (e não ao bom senso!) “a consciência dos homens, particularmente em situações sociais deterioradas, para um mais profundo desenvolvimento das relações de valores de troca, opõe-se à potência que uma matéria, uma coisa obtém diante deles, opõe-se ao domínio do metal maldito



que aparece como pura loucura”. Contudo, justamente, isto representa a ilusão de uma época, o mero sinal de uma realidade que tem suas leis e seu movimento alhures, na produção e circulação de capital e de mercadorias, de mais-valia.

Este é um período em que a evocação alarmista das “tempestades” monetárias e a indefinidas guerras monetárias é voluntariamente cindido, na ilusão popular, pela crise real, que se pretende assim exorcizar ou fechar em âmbitos unilaterais e particularistas. Em outros termos, não é dada a significativa indicação de “tempestade” de que Marx advertia os “monetaristas” de sua época, incapazes de ver a especificidade da função de capital do dinheiro, ou seja, da forma de dinheiro do mesmo capital. “Não se tratava mais de fenômenos isolados, como a desvalorização dos metais preciosos nos séculos XVI e XVII, de que se ocupou Hume, ou a desvalorização do papel-moeda durante o século XVIII e no início do século XIX, de que se interessou Ricardo – escrevia Marx a respeito de circulante e crédito – mas das grandes tempestades do mercado mundial, em que eclode o conflito entre todos os elementos da produção burguesa”.

Os erros e os limites, científicos e ideológicos dos monetaristas de então – mas hoje substancialmente não é diferente – consistiam, justamente, em não identificar a causa no “conflito de todos os elementos da produção burguesa”, e ao invés, em buscar a origem e os meios para enfrentar a crise “na esfera mais superficial e abstrata deste processo, a esfera da circulação monetária” estendendo os dogmas da economia política burguesa das leis da circulação do metal às que dizem respeito ao crédito e à circulação de papel. A escola destes “meteorologistas econômicos” – assim os etiquetava Marx, sem querer ofender os verdadeiros meteorologistas, prosseguindo sobre o dinheiro circulante – “chegava extraordinariamente a propósito, porque dava a uma tautologia a aparência de uma relação de causa a efeito. Uma vez acolhida a transformação da tautologia em uma relação de causa e efeito, o resto procede facilmente”.

A concatenação transnacional que mudou a configuração da luta interimperialista, que não é mais subdividida por uma prevalência do elemento estatal, resulta na demanda de uma aumentada capacidade de penetração do capital no



mercado mundial. Portanto, a predeterminação de áreas monetárias de referência supera em importância a mera colocação histórico-geográfica do investimento; o desenvolvimento preferencial de algumas, ao invés de outras, praças financeiras tem nisto uma possível explicação.

Assim hoje é mais evidente do que nunca de como tudo ultrapasse a circulação geográfica puramente monetária. Seria assim um grave erro considerar, como é de hábito fazer, que os elementos monetários constituam apenas uma superfetação, separada, das estratégias industriais produtivas. Mas, de um lado, emergem os caracteres de um desesperado arranque da “economia real” na atual nova divisão internacional do trabalho – ou seja fileiras de produção, deslocamentos, externalizações, subcontratações em escala mundial, “corredores” euroasiáticos e outro ainda, “vantagem competitiva”, centralização e transformação da ordem internacional de propriedade, com uma viravolta de papéis entre organismos supranacionais e estados nacionais, privatizações se julgadas eficientes, etc. Doutro lado, emergem os caracteres de uma “economia monetária” que busca uma redefinição hegemônica das supraditas áreas monetárias de referência significativas para o mercado mundial “unificado”.

A temática das áreas monetárias se coloca para identificar em detalhe quais são os elementos de custo que se exprimem em dólares e quais os que se exprimem em euro (e em renmimbi) e em que moeda, portanto, se apresentam, em devir, os preços de venda. Pelo que dissemos, podemos deduzir alguns argumentos chave. A atual estrutura dos custos de produção (sobretudo, mas também, em subordem, dos custos de circulação), das várias cadeias, ou cordadas das fileiras, nas diversas áreas monetárias, ou ainda nas áreas ou esferas de influência dos polos contraposto, inclui o efeito monetário de referência nos faturamentos, implica na reorganização, centralização e descentralização, do sistema produtivo industrial em escala mundial, com conseqüente recomposição internacional de todo o trabalho dependente. De tal maneira se afirma a ideologia do neocorporativismo como forma suprema de controle mundial e repressão do conflito.

Em outros termos, continuar a referir-se à separação e contraposição dos “polos” imperialistas pode enganar. As “áreas monetárias” ao invés – embora se



movendo de uma sede física identificável e em nada “desterritorializada”, a que corresponde necessariamente a estratégia política e econômica de hegemonia mundial – atravessam o inteiro mercado mundial. Assim, atualmente, uma grande empresa transnacional que, talvez após uma fusão, opere contemporaneamente nos três “continentes” imperialistas, pode ainda decidir em que moeda fazer ágio. Neste sentido é mais adequado ao conceito de imperialismo transnacional – exatamente enquanto compras, fusões e investimentos no exterior das mesmas empresas – o que, de um lado, permanece nas estruturas produtivas existentes nos diversos deslocamentos ou em novas instalações e, do outro, desloca sua gravitação na área monetária (moeda de referência por custos e preços) mais favorável, independentemente da localização territorial.

As áreas monetárias, justamente, não dizem respeito às despesas de renda (por enormes que possam ser), mas ao pagamento em conta capital (ou seja os investimentos para dominar o mundo); nada a ver com a demanda!

A produção em escala mundial acontece necessariamente em todos os países, por parte de capitais que já não têm mais fronteiras, enquanto a circulação deve satisfazer todas as exigências pagantes (investimentos e consumos) dos que dispõem da moeda procurada. O conjunto de tais circunstâncias transnacionais faz com que, então, o efetivo controle dos capitais (operantes ou especulativos) não dependa mais do “lugar” em que o particular capital reside e de onde se espalha nas “muitas” nações, como acontecia na clássica fase nacional do imperialismo, mas que conduza a transferir o real poder dos estados dominantes ao êxito da supremacia no conflito entre moedas, de que cada área de referência mundial, em última análise, é posta nas mãos dos bancos centrais, das bolsas, dos governos destes mesmos estados nacionais imperialistas os quais redefinem assim seu específico papel. A atenção para o efeito monetário das possíveis diferenças de custos e preços é tal que averigua os próprios efeitos diretamente sobre a taxa de lucro (não sobre a mais-valia produzida). Por isto atravessa indistintamente circulação e produção, mas de forma que a redução dos custos de circulação (falsas despesas – faux frais – de produção) possa resultar indiretamente determinante inclusive para as estratégias produtivas.



Assim, a atual relevância transitória da atenção capitalista para a economia na esfera da circulação: seja através da que se pode definir “ordinária”, seja mediante a circulação, por assim dizer, “forçada” (na realidade, a verdadeira produção porque envolve a subcontratação), centrada na troca desigual com os países dominados (através da repartição despótica – saqueio ou rapina – da mais-valia mundial, que é quase que dado, estatístico ou insuficientemente dinâmico).

De modo que, uma vantagem no que diz respeito aos custos se obtém por efeitos das menores despesas (verdadeiras ou “falsas”) de produção, ou seja, tanto às que dizem respeito propriamente à (sub)produção, como as que incidem através da circulação. Portanto, a ampliação da escala de atividade do capital não influi apenas sobre os custos propriamente ditos, mas se estende à economia concernente todos os custos de empresa [os relativos à subcontratação e externalização, aos albores do capitalismo, nos vários cantos do mundo progressivamente conquistados por este modo de produção social, coincidem com a ação dos capitalistas ditos de “compradores”]. A capacidade de influência transnacional de cada moeda (a começar pelo dólar) está, portanto ligada ao controle das áreas monetárias de referência, Como se faz a transferir a riqueza produzida alhures? Pagando os custos de produção os mais reduzidos, por exemplo, na moeda local, e vendendo a preços mais altos (o que aconteceu, doutro lado, regularmente na história do capitalismo).

Esta redução de custos globais, se acontecerem apenas no plano da circulação, é de pura transferência, e não gera um aumento líquido de valor e mais-valia produzida. Em outros termos – fazendo referência unicamente à taxa de lucro, de que os capitalistas querem combater a cíclica queda crítica – tal efeito não atua sobre o aumento do numerador da relação que define esta taxa, mas apenas consegue comprimir o capital antecipado como medida posta no denominador, através da diminuição de todos os custos indistintamente. Há, portanto, um limite “negativo”, que pode ser significativamente abrandado, comprimindo os custos que o contém, mas isto, de qualquer maneira conflita com o mesmo limite. Portanto, até quando não se ampliar em “positivo” a mais-valia posta ao numerador – ou seja, até quando não reiniciar a



verdadeira acumulação de capital em escala mundial – toda esta ação do lado dos custos representa apenas um paliativo.

Neste sentido deve-se dar importância estratégica à escolha dos planos de produção por parte das grandes holdings financeiros, para cada setor da fileira. Tal estratégia é inerente, com efeito, tanto ao deslocamento dos custos (de produção, subcontratação, em particular, mas também da verdadeira circulação) nos diversos países dominados, como dos preços de venda, segundo a área monetária de referência de cada país. De modo que para examinar adequadamente o orçamento – obviamente consolidado – de tais holdings, ocorre prestar atenção à composição dos custos e à definição dos preços [a “cadeia de valor” diria Porter (docente de economia da Harvard *business school* e diretor do *Institute for strategy and competitiveness*) e companhia], para avaliar globalmente sua forma de operar. É aqui, portanto, entra a questão dos custos: se eles sejam pagos em moedas locais de menor valor, com relação aos preços finais de venda, ainda faturados prevalentemente em dólares, por consequência a diferença que surge da incidência das diversas áreas monetárias se transforma em maiores (ou menores) lucros.

A apresentação mediática do conflito monetário enquanto mera questão de preço das moedas – que se reconduz a “simples” jogo sobre a taxa de câmbio – é útil, para a classe dominante, portanto, somente para esconder a substancial conflitualidade entre *irmãos inimigos* que, neste momento, se desenvolve na luta finalizada a englobar dentro da própria área monetária o maior número de países dominados, com o objetivo de contrastar a natural compressão da taxa de lucro, agindo sobre a estrutura dos custos dos holdings financeiros dos países dominantes em relação como os preços finais de venda: isto, portanto, alterando apenas acidentalmente a massa de novo valor produzido, especialmente em uma fase aguda de crise como a atual, prejudica simetricamente as possibilidades de acumulação dos outros capitais em situação igualmente asfixiada.



2. A lança e o escudo

Lembra-se daquele sábado de um fim de semana qualquer, de um mês qualquer, de um ano atrás, agora já arquivado, quando, eram cerca duas horas da tarde, estava pensando em tomar o melhor *armagnac*, sim, exatamente, reserva especial, o de 1986 – prelúdio a uma irresistível pausa de repouso, ganhada após mais de quarenta horas de trabalho passadas na empresa nos cinco dias precedentes, cuja grande parte tinha sido, como de habito expropriada pelo patrão proprietário de sua força trabalho? Lembra-se de quando, naquele exato momento, enquanto com um movimento guiado por uma lenteza incomum fazia tilintar a colher na xicara para adocicar o café, de repente te voltaste para a sacada da cozinha?

Exatamente neste momento o teu olfato havia comunicado à parte mais racional do cérebro um sinal de perigo; sutil como um fio, mas pesado como uma pedra, um cheiro misto a plástico e madeira queimada que entrava pela porta-janela entreaberta havia chegado até às tuas narinas indicando que, em um indistinguível local, certamente não suficientemente distante para estar tranquilo, algo estava queimando.

A primeira ideia que passou pela tua cabeça foi certamente a mais óbvia, embora catastrófica, mas te parecia absolutamente impossível que, como dois anos antes, por causa de um problema estrutural, o sistema elétrico do andar de baixo tivesse provocado um curto circuito reduzindo a cinza moveis e moradores de então: técnicos e peritos, com tanto de atestados e vozes tranquilizadoras, nos dias que seguiram à tragédia, haviam garantido que o problema não aconteceria nunca mais e que as medidas tomadas garantiam amplamente tua segurança e incolumidade: então, talvez, tratava-se de um *zighini*, um *zighini* queimado pela cozinheira eritreia do primeiro andar? Ou talvez de uma desastrada manobra do operário trabalhando (ilegalmente), inclusive no fim de semana, para secundar todas as vontades pequeno-burguesas da aposentada do andar de cima, toda empenhada em manter vivo o senso estético de uma classe média que já não existe mais? Você chegou a imaginar até que se tratasse apenas de uma subjetiva distorção do olfato – em outros termos, de uma sensação ilusória –



causada por uma recente sinusite, não bem curada, para evitar um corte no já reduzido salário por causa de umas faltas no trabalho.

Sabendo já que esta última seria a hipótese escolhida, somente porque a mais cômoda, porque te permitiria apreciar, depois do café, o adorado sabor meio amargo do armagnac e, depois uma horinha de repouso, claro, ficava a dúvida a martelar uma iminente potencial tragédia, devido à conjectura mais razoável e, logo, plausível entre as enumeradas – embora desprovida de uma prova evidente -, isto teria mudado parte dos auspiciados sonhos da tarde. Mas apesar de tudo, você resolveu cochilar, entregando corpo e alma a Morpheus.

Quanto à incerteza e ansiedade, é presumível que os agentes políticos e econômicos do capital ligado ao euro se encontrem, desde o início de 2013, em uma situação parecida com esta. A iminência da renovação do parlamento italiano; o escândalo que envolve o Ppe, partido de governo espanhol, e em coincidência com as investigações sobre os “malfeitores” de Mps – que de alguma maneira já envolve outros institutos bancários ligados ao euro – este tímido otimismo dos operadores europeus no último trimestre de 2012, parece ter sido suplantado por um temor difuso de uma potencial reincidência dos mesmos problemas que tem apertado o capital ligado ao euro no biênio passado.

Como vimos, a conflitualidade monetária alcançou o acme no início de 2010, quando muitos, entre os agentes mais destacados do capital ligado à moeda americana decidiram cumprir um formidável ataque aos *irmãos inimigos* ligados à moeda única europeia. O ataque foi lançado, através de uma ingente movimentação de instrumentos derivados, ao calcanhar de Aquiles do euro, ou seja aos chamados piigs, e mais em particular ao país, entre eles, que além de uma situação de contas públicas comprometida e falsificada apresentava uma estrutura particularmente débil: a Grécia. Sucessivamente foi a vez de Itália e Espanha, cujo andamento do famoso spread tem sido um bom indicador do grau de especulação acumulado sobre os respectivos títulos da dívida pública.

O resultado mais imediato foi de transferir de um lado (o estadunidense) ao outro (Europa) do Atlântico grande parte dos efeitos mais nefastos da explosão da crise



que, cabe lembrar, emergiu nos Estados Unidos, país que ainda hoje se vangloria da dívida pública e privada mais elevada do mundo e que periodicamente se aproxima à beira do abismo. Para completar o quadro, é útil lembrar também que o risco default receado em início de agosto de 2011, os perigos ligados ao *fiscal Cliff*, exorcizados ao último momento, em 2012, e a atual certa recessão em que os Eua acabariam, como o próprio Obama recentemente lembrou, se não se aumentasse o limite da dívida pública admissível (é interessante notar a completa discordância, a este propósito, entre abordagem europeia e estadunidense).

De qualquer forma, graças às possibilidades da Federal reserve [Fed] de agir como prestador de última instância, ou seja, de imprimir moeda para financiar o governo através da compra direta de títulos da dívida pública federal, as políticas dos *quantitative easing* [qe], ou seja da imissão de milhares de dólares em poucos anos (cerca de 2500 bilhões \$ nas primeiras duas tranches) tiveram seus efeitos. Gerando uma liquidez quase que gratuita, permitiram tanto aos grandes capitais de retomar ou alimentar suas operações – principalmente de natureza especulativa – como às empresas que, por sua desastrosa situação não teriam acesso ao crédito ordinário porque incapazes objetivamente de fornecer garantias de restituição das somas de que necessitavam, de poder dispor de um pouco mais de oxigênio e de evitar, ao menos por um período de tempo limitado, o chamado credit crunch.

Na primeira parte de 2012 muitos apostariam no possível desaparecimento, em tempo curto, da moeda única europeia: em muitos, inclusive a imprensa bem acreditada junto à burguesia, afirmavam a eventualidade de prever um euro a duas velocidades, de modo que se pudessem desvincular os países mais fortes, Alemanha *in primis*, dos que encontravam dificuldade, em primeiro lugar os piigs. Embora as hipóteses se desenvolvessem a partir desta ideia, alcançavam frequentemente graus de absoluta absurdidade, estimuladas pela permanente incapacidade das instituições europeias de conseguir reagir a um fluxo de capital fictício tão forte e persistente. As chamadas “políticas de austeridade” voltadas à redução da dívida, neste período iniciavam concretamente a gerar um quadro devastador no que diz respeito à condição dos trabalhadores – pondo portanto em risco a “estabilidade” social – e conseguindo, além



disto, no difícil objetivo de aumentar o montante que ainda segue o signo negativo do andamento do pib em quase a totalidade dos países mais endividados.

Talvez porque temerosos do fato de que diante de uma condição como esta os trabalhadores pudessem finalmente acordar, mas mais provavelmente para levantar-se de uma posição que os via objetivamente em grande dificuldade, os agentes do capital ligado ao euro, após um verão particularmente turbulento, decidiram utilizar um instrumento até então completamente excluído, exatamente pela ordem normativa existente. Quando o presidente da Bce Draghi – homem de Goldman Sachs, sempre bom lembrar-se disto – declarou publicamente em setembro de 2012 que faria de tudo em defesa do euro, então, muitos dos capitais que tinham conseguido lautos lucros através de operações especulativas contra os títulos da dívida pública dos estados europeus, compreenderam que algo poderia realmente mudar. Elaborou-se portanto um artifício que, ao menos em parte, desvinculou o Bce de quanto previsto pelo tratado – ou seja de não poder agir como prestador em última instância - ; chama-se de plano Omt [*Outright monetary transactions*] e faz parte do Sem, ou seja o mecanismo de estabilidade monetária, que, embora dotado de um fundo limitado (650 bilhões €) e por isto provavelmente inadequado diante dos potenciais atos de força especulativos, ao menos para o período que acabou de passar, garantiu um momentâneo afrouxamento da pressão sobre a dívida dos países mais fracos.

A relevância desta manobra, embora indiretamente, foi confirmada pela quase contemporânea contra-ataque adotada pela Fed: provavelmente para fazer face à possibilidade que o foco da recessão pudesse voltar no ponto de partida e de onde se alimentou fortemente, Bernanke, presidente da Federal Reserve, inaugurou a terceira onda de *quantitative easing*. Tal instrumento de política monetária garantirá a economia estadunidense na base anual de cerca de 1500 bilhões \$, uma soma que, além do mais, vale apenas como limite mínimo enquanto, se as condições do mercado de trabalho, e mais em geral, da produção, não devessem mostrar sinais de uma inversão de tendência, a Fed terá o mandado de imprimir um número de notas quase que ilimitada (a manobra tem sido chamada, por esta razão, *open ended*). Se acrescentamos que contemporaneamente foi lançada a *operation twist* – que permite à Fed de comprar



títulos da dívida a longo prazo no valor de 85 bilhões \$ ao mês – podemos compreender claramente que se o capital ligado ao euro dotou-se de um discreto escudo, o dólar não ficou para trás, afiando bem, ao contrário, as flechas do seu arco.

Os últimos meses de 2012 mostraram um andamento do mercado dos títulos da dívida pública dos piigs significativamente mais estável: evidentemente esta forte tomada de posição por parte das autoridades europeias agiu, ao menos no imediato, como dissuasivo para com o capital fictício, sempre a espera para intervir e assolar a ordem política e econômica dos países aderente à eurozona. Doutro lado, em uma fase em que o nível de acumulação do capital mundial se acomodou assintoticamente sobre o zero, na não cai num negativo profundo somente pelo formidável crescimento da reconhecida primeira potência comercial mundial (a China), o grau de dureza com que se trava o conflito intercapitalista aumentou: a mesma decisão do Bce de criar um “escudo” remete claramente ao fato de que, de algum lugar, e nem muito longe, exista um exército com intenções nada pacíficas.

Todavia, diante de uma substancial melhora dos índices da bolsa – em muitas praças europeias e não somente aconteceu o fenômeno definido em termos técnicos *rally* de fim de ano – os resultados em termos de acumulação de capital foram geralmente na direção oposta. Em substância, enquanto os títulos da bolsa se comportavam como se a crise tivesse sido superada, a produção e a circulação das mercadorias ficaram paradas e em muitos países continua a alimentar a tendência recessiva inaugurada já nos anos passados. Deste ponto de vista cabe ressaltar o fato de que o índice sintético Dow Jones, da mesma forma que seu homólogo nipônico, tenham até superado os valores (já inchados) registrados antes do colapso de Lehman Brothers. Somente alguns, entre eles até mesmo o diário *Sole-24 ore* [cfr. Longo, 5.2.2013] evidenciaram de forma alarmante tal discrepância enquanto, com grande probabilidade esta poderia ser o efeito de um novo poderoso enchimento de uma ou mais bolhas especulativas. Doutro lado, somando as três ondas de qe da Fed, e a quantidade de dinheiro emprestado a taxa de juros inferiores aos da inflação do Bce (que portanto dá dinheiro de presente aos privados a taxas reais negativas) o volume de liquidez injetado na economia mundial mastodôntico; e se, facilmente, se correlaciona



esta imensa soma com a redução dramática da demanda pagante de um dos mercados mais relevantes do capitalismo – o da Eu, cuja renda global ainda é superior à dos Eua – não é ousadia imaginar que uma grandíssima parte desta liquidez, tornando-se capital e tendo portanto a necessidade de autovalorizar-se, diante de uma persistente armadilha de superprodução, prefira tentar lucrar no mercado financeiro, eludindo a passagem através da mercadoria e portanto da produção.

Deste ponto de vista é emblemática a situação da oitava economia mundial (em termos de pib nominal, em 2011), ou seja a Itália: considerando o fato de que, como se sabe, as medidas da taxa de desemprego subestimem fortemente a entidade do fenômeno, a superação do limiar de 11% é um fenômeno absolutamente alarmante. Além do mais, os resultados da pesquisa realizada por Confartigianato fornecem uma representação ainda mais aderente à realidade, mostrando como, em média, o capital localizado na Itália, tenha diariamente *liberado* 480 unidades de força-trabalho entre o fim de 2008 e o fim de 2012. Não surpreende, então que a taxa de desemprego – ou seja a cota de trabalhadores na faixa entre 15 e 65 anos – tenha chegado a um escarno 57% total (46% para as mulheres) mostrando que, no ano apenas iniciado, globalmente, a força-trabalho ativa seja provavelmente inferior à não empregada. Se a isto acrescentamos os dados relativos à produção de mercadorias e à demanda pagante obtém-se um quadro ainda mais assustador: no que diz respeito a esta última, o fato de o mercado do automóvel – normalmente considerado como um bom indicador da economia em seu conjunto – ter se contraído a tal ponto que registrou em fim de 2012 um número de imatriculações próximo ao de 1979, é um elemento que já em si permite configurar da maneira adequada os status geral. Esta intuição é confirmada com maior precisão do valor da produção industrial italiana, que alcançou o mesmo volume de 1990, contraindo-se portanto em uma cota próxima de 25 % e voltando atrás de vinte e três anos: uma verdadeira hecatombe de valor, provavelmente nunca observada no último século – com a exclusão dos períodos bélicos e os que os precederam e seguiram, que apenas em pequena medida poderia ter sido compensada por fenômenos de deslocamento produtivo.



O êxito das eleições políticas italianas, neste quadro, do ponto de vista do capital ligado ao euro é provavelmente um dos piores na perspectiva da contínua conflitualidade intercapitalista com o homólogo vinculado ao dólar Eua. Isto foi evidentemente confirmado pelas reações dos mercados que foi incrivelmente repentina seguindo até mesmo os macroscópicos erros que os diversos institutos de estatística antes da definição completa da apuração produziram.

A imediata viagem do presidente da república italiano à Alemanha, assim como a assídua presença de jornalistas, embaixadores e observadores de toda a Europa em todas as sedes políticas, foram apenas alguns dos fenômenos que mostram que tal ingovernabilidade seja uma questão que não diga respeito apenas da Itália, mas que ao contrário envolve de forma direta e significativa todo o capital vinculado ao euro e os aparelhos políticos que se têm formado em torno deles. À já grande dificuldade estrutural das principais indústrias italianas, a uma classe trabalhadora a beira da exasperação (o resultado de M5S é uma das manifestações mais celeradas e evidentes disto) e a um sistema bancário atingido por um escândalo que ultrapassa a gestão dos partidos, acrescenta-se a certeza de que nos próximos meses (porque somente um sonhador poderia prever que, quem quer seja o encarregado, governará até 2013), a Itália não poderá dispor de um governo com uma solidez política.

Um quadro assim perfilado é efetivamente já de per si desastroso e alarmante: todavia é preciso acrescentar um ulterior elemento que, de fato, constitui a razão principal para a qual os refletores da Europa inteira estão voltados à Itália: os instrumentos contra os ataques especulativos disponibilizados pelo chamado fundo salva-estados, de que discutimos precedentemente, estão condicionados pela adoção, por parte dos governos que pedem de acessar ao fundo,, das políticas de austeridade ditadas pela troika. Em ausência de uma garantia deste tipo, o Bce não poderá de fato agir de prestador de última instância, contrapondo-se a eventuais fluxos especulativos que provém presumivelmente do capital ligado ao dólar; isto, potencialmente, poderia repropor condições muito próximas às que se apresentaram em fim de 2010 e em grande parte de 2011 em todos os piigs. Desta vez, porém, a cair no abismo do capital fictício não seria a Grécia com seu limitado Pib e sua mais ainda insignificante dívida: a



dívida pública italiana é de tamanhas proporções que um forte ataque especulativo poderia ter efeitos extremamente nefastos para toda a área do euro, prefigurando cenários, neste momento, absolutamente inimagináveis.

Por outro lado, também um dos outros países a maior risco, a Espanha, está vivendo uma fase política extremamente delicada que poderia por em risco a “estabilidade”: o claro episódio de corrupção que recentemente envolveu o governo, embora não tenha provocado imediatamente novas eleições, certamente enfraqueceu a credibilidade dos partidos atualmente no parlamento espanhol e, em um futuro próximo poderia levar a uma situação análoga à italiana. Pior ainda é a situação de Chipre que, apesar da marginalidade substancial de sua economia, poderia gerar um efeito domino de certa maneira parecido com o já experimentado nas primeiras fases da crise helênica. A este ponto, se os piigs mostrassem de novo tal fragilidade o capital fictício ligado ao dólar encontraria diante de si um autopista livre para golpear, desta vez, podendo realmente desestabilizar o coração do capital ligado ao euro com consequências que obviamente seriam particularmente duras para as classes subalternas locais.

3 CONCLUSÕES

A “voracidade” de lucro é uma característica endêmica do capitalismo, sem a qual, provavelmente, este não teria se afirmado como modo de produção dominante; exatamente na contínua satisfação desta necessidade que o organismo capitalista consegue alimentar-se para prosseguir sua frenética corrida em direção a inelutável morte. Nos momentos de maior sofrimento, o organismo doente torna-se mais dependente desta monstruosa substância que, ao invés, é cada vez mais escassa e isto, inevitavelmente, aumenta sua esquizofrenia que se concreta com a busca de estratégias cada vez mais implacáveis embora menos eficientes para garantirem-se tais doses vitais. A assimilação de mais valia, ou seja, do trabalho não pago, é apenas um primeiro ato do processo, o da produção imediata – necessário mas não suficiente, Com efeito, até o momento em que não se traduz em taxa de lucro, a acumulação de



capital não acontece e, portanto, com isto, o objetivo da produção ainda não é alcançado. Se a mercadoria produzida, que compreende além da mais-valia, capital constante e capital variável, não for vendida, a transformação monetária do trabalho não pago não se realiza e, portanto, a voracidade não é satisfeita e o capital inicia a encaminhar-se na trilha da morte que, no caso de um capitalista individual se extrínseca na bancarrota, enquanto, no caso do capital concebido enquanto unidade dialética representa o esgotamento de seu domínio como modo de produção.

“As condições de exploração imediata e de sua realização não são idênticas: elas diferem não somente do ponto de vista do tempo e do espaço, mas também da substância. As primeiras estão limitadas exclusivamente pela força produtiva da sociedade. Esta última, por sua vez, não está determinada nem pela força produtiva absoluta nem pela capacidade de consumo absoluta, mas pela capacidade de consumo fundada sobre uma distribuição antagônica que reduz o consumo da grande massa da sociedade a um limite que pode variar somente entre confins mais ou menos restritos [K.Marx, *il Capitale*, III.15].

O capital, desde as últimas quatro décadas¹ está vivendo uma crise imanente que se concreta principalmente através da redução tendencial da margem de lucro, em consequência, sobretudo do aumento do emprego de capital constante sobre o variável. As tentativas de resolver esta contradição, inúteis exatamente porque a contradição é imanente, se manifestam no “primeiro ato” deste drama ideal através da redução dos salários e, portanto por meio da apropriação de uma cota maior de trabalho não pago durante o processo de produção imediata e a “libertação” de uma massa crescente de força-trabalho que continua engrossando de maneira estupefaciente as fileiras do exército industrial de reserva . Em sua anárquica multiplicidade este método determina que a massa de mais-valia (e de valor) se possa encher tendencialmente ao infinito sem alguma garantia de que se realize no “segundo ato” – o da circulação – permitindo um adequado grau de acumulação.

Na asfixia provocada pela crise endêmica pela redução da taxa de lucro, estão os germes de outra contradição, igualmente grave e irresolúvel, que está à sua

¹ Mais exatamente desde a primeira grande crise do dólar Eua do segundo pós-guerra, que coincidiu com a anulação unilateral dos acordos de Bretton Woods.



base: o excesso de superprodução de capital e, portanto, de mercadorias. Em um período histórico em que a fome e a pobreza constituem problemas contra os quais cotidianamente combatem quase os $\frac{2}{3}$ da população mundial, isto aparece um paradoxo, e se não se investigarem as razões, isto acabará estimulando reações emocionais contra o “desperdício da sociedade consumista” que é um conceito absolutamente moralista, desprovido de qualquer acepção científica. Com efeito, é justamente a natureza do modo de produção capitalista que permite que isto aconteça, especialmente quando, como aconteceu nos últimos anos, o ponto de saturação da *demanda pagante* aparece cada vez mais próximo. O capital não tem como fim a satisfação das necessidades, mas a produção do lucro; o objetivo da produção das mercadorias é a troca e não o uso. Consequência disto é uma total ausência de planejamento da atividade – que ao contrário é anárquica – a que segue a *natural* tendência à “monstruosa acumulação de mercadorias” que em sua teórica infinidade bate contra a finitude do mercado mundial.

Portanto, a superprodução do “primeiro ato” torna-se um excesso se valor e mais-valia produzidos não se realizam no ato sucessivo. A razão disto tudo é ligada ao fato de que o “modo de produção capitalista é somente um modo de produção relativo, que não tem limites absolutos, mas que se tornam tais em razão do modo de produção mesmo. Como seria possível que possa haver um defeito na demanda de mercadorias de que o povo necessita (...)? Exatamente porque somente neste nexos, especificamente capitalista, o produto em excesso veste tal forma que quem o possui pode pô-lo a disposição do consumo unicamente quando esta se reconverte para ele em capital” ” [K.Marx, *ibidem*]. Portanto, com o objetivo de extrair a máxima mais-valia da atividade de trabalho do operário, o capital contraditoriamente, reduz cada vez mais o salário (ou seja a capacidade de compra) e isto representa uma condenação quando as mercadorias chegarão ao mercado e não encontrarão uma adequada demanda pagante por causa da desigualdade distributiva que este mesmo estabelece.

Neste sentido, a redução dos salários e, portanto, da capacidade de compra dos trabalhadores, é certamente um impedimento para a realização do valor e da mais-valia já produzida piorando dramaticamente a situação crítica desencadeada pelo



enorme excesso de mercadorias produzidas, Este tipo de dinamicidade contraditória, que nasce na fase da produção e se extrínseca na circulação, especialmente em períodos agudos de crise geral, pode provocar um significativo número de vítimas – tanto em termos de trabalhadores como em termos de capitais – e dar fortes sacudidas ao sistema capitalista mais em geral. Ciente da difusa incapacidade de compra dos assalariados – com boa paz da “soberania do consumidor” da teoria econômica burguesa – o capital tem tentado a muitos anos resolver o irresolúvel, moldando um modo de ser que obrigue estes sujeitos a comprar, inclusive em ausência de condições materiais. Com uma propensão à poupança negativa já desde 2005, consumos reais que aumentam a um ritmo superior a 3% anuo, dívidas privadas em crescimento tendencial de mais de 11% e uma relação entre passividade e renda disponível anual de 126% ((+31% em relação ao “crítico” 2001), nos EUA, já há algumas décadas, as famílias gastam mais do que ganham e tendem cada vez mais a forçar esta tendência.

A práxis do endividamento há anos é difusa também no resto do mundo: próximos a 150% as famílias dos países de capitalismo avançado, como Japão, Austrália, e Reino Unido; as famílias residentes na Europa setentrional (encabeçados por Dinamarca e Holanda) estão próximas de uma taxa percentual às vezes superior a 200%, o que mostra que o valor de suas compras é o dobro dos salários percebidos. Este tipo de estratégia pode contar principalmente com o instrumento do *fetichismo* da mercadoria que, como qualquer outra forma de religiosidade, utilizou meios *adequados* a permitir a elevação espiritual. Pressionando sobre uma consciência de classe reduzida ao mínimo, tornou-se relativamente fácil conseguir impor este tipo de conduta de vida que, escondendo suas próprias condições materiais, baseia-se na posse e na propriedade.

Mas este tipo de estratégia também se depara às vezes com limites e obstáculos que emergem quando, como aconteceu nos últimos anos, torna-se necessário vender mercadoria sobre as quais o mesmo capital financeiro, montou um ataque especulativo. Foi assim que, em razão da evidente impossibilidade de comprar pela maioria de trabalhadores estadunidense, os chamados “operadores financeiros” com a obrigação de vender imóveis artificialmente hipervalorizados, ofereceram



financiamentos a pessoas objetivamente insolventes. A necessidade do dinheiro de ser utilizado como capital e, de outro lado, o vínculo da realização da mais-valia constituem os motivos que basicamente produziram a crise dos *subprime* (e não o contrário)

As razões de um comportamento especulativo assim aparentemente irracional é ele também ligado à saturação do mercado mundial que forçou até o limite os esforços dos capitais transnacionais na tentativa de resolver a irresolúvel crise em que versa. A superprodução de capital e mercadoria determinou uma *pletora* de capital monetário ainda que esta última possa ser o fruto, talvez de momentâneas ausências de esferas de investimento. Sendo capital, e não renda, e tendo portanto o objetivo de produzir lucro, este é investido onde consegue valorizar-se, tornando-se autônomo da fase da produção imediata através da detração de cotas de mais-valia produzidas por outros capitais. Emblemático a tal propósito o primeiro período da crise não resolvida (décadas de 1970 e 1980), quando através de “planos de ajustes” de instituições supranacionais e, sobretudo com a criação *ad hoc* de ditaduras militares, este capital monetário em excesso foi aplicado e frutou através da especulação sobre os títulos de estado dos países pobres (em particular da América Latina), concorrendo, desta maneira em grande parte à formação da dívida externa que, ainda hoje, representa uma das causas mais evidente da pobreza difusa.

Contudo, atualmente, as condições são ainda mais difíceis: a taxa de lucro geral está em queda livre – apoiada paradoxalmente pelo único grande país que se autodefine socialista, a China – e, também do ponto de vista especulativo, os riscos tornaram-se imensos porque o lucro ligado a tais atividades é limitado pela contração da acumulação real. Em uma situação assim, não deve surpreender a escolha, profundamente contraditória, como vimos – de decidir em um primeiro momento de especular sobre a propriedade de imóveis e depois sobre as mercadorias de primeira necessidade criando forme e causando a morte de milhões de indivíduos. O hábil acobertamento por parte dos capitais ligados ao dólar, através da criação de derivados sobre derivados, que oculta o real porte das ações vendidas, somente transferiu, na Europa pelo que parece, devastadores efeitos críticos provocados pelo estouro da imensa bolha especulativa dos imóveis estadunidense. Isto não somente não resolveu



a crise, que evidentemente se agravou, como tornou particularmente imprevisíveis seus êxitos.

Á luz da crise de acumulação que o capital mundial em seu conjunto está sofrendo, até o estímulo das causas antagônicas da crise estão se revelando menos eficiente de quanto previsível: a conflitualidade interna à classe proprietária, e ao mesmo tempo a transnacionalidade do capital estão, com efeito, tornando inúteis as diversas tentativas – especialmente nos Eua e na Europa – de dar novo oxigênio aos lucros, cada vez mais ligados a injeções de liquidez estatais e aos menos eficientes escudos opostos contra ataques especulativos. O volume das transações de capital fictício já superou em valor quase dez vezes a produção real de mercadorias criando uma imensa bolha que será praticamente impossível de esvaziar. Por enquanto somente a doida corrida dos gigantes asiáticos (China, antes que Índia) está mantendo em vida um sistema que provavelmente não havia chegado a tal situação nem antes das duas guerras mundiais. Sem dúvida estamos atravessando uma passagem histórica da vida do modo de produção atual: quanto durará e aonde levará a humanidade, por enquanto é impossível de prever.

Com certeza, o grande sujeito que continua ignorando os apelos à História é claramente a classe proletária. Sua inexistente organização ameaça relega-la a uma subalternidade ainda mais pronunciada em comparação com quanto aconteceu nos anos de maior prosperidade de acumulação de capital. Doutro lado, o crescente fermento autoritário e despótico que, sobretudo em diversos países europeus está assumindo conotações cada vez mais preocupantes, embora disfarçado de forma diferente conforme cada especificidade, na fase atual poderia ser a única garantia para um capital mundial que chegou até seus próprios limites¹ e novas formas de organização política e da produção, em sentido ainda mais coercitivo, poderiam representar a fronteira, desde que o lado mau da sociedade, o proletariado, não decida retomar sua marcha, escolhendo de tornar a expropriação dos expropriadores sua mesma razão de ser.

¹ Agora como nunca antes é correto afirmar que “o verdadeiro *limite* da produção capitalista é o proprio *capital*”.



O PROBLEMA DA DÍVIDA DOS ESTADOS E A NECESSIDADE DE AUDITORIA

Maria Lucia Fattorelli¹

INTRODUÇÃO

O atual ciclo de endividamento dos estados brasileiros, que tem início nos anos 70, durante a ditadura militar, foi marcado de forma relevante pelo refinanciamento realizado pela União a partir de 1997.

Esse refinanciamento fez parte de um pacote que exigiu a privatização de empresas e bancos públicos estaduais, a assunção de passivos desses bancos, além da aplicação de forte plano de ajuste fiscal, sendo que esse conjunto de medidas afetou fortemente as finanças dos entes federados, que já vinham sofrendo o impacto dos diversos equívocos das políticas monetárias adotadas pelo governo federal nas últimas décadas.

Apesar do cumprimento das rigorosas condições impostas por esse pacote de programas, a situação dos estados se agravou, levando diversos entes federados ao absurdo de recorrerem a empréstimos externos – com o Banco Mundial e bancos privados internacionais – para obter recursos para pagar à União.

O presente artigo faz um breve resumo sobre a dívida dos estados e aborda o impacto das renegociações da dívida dos estados pela União a partir de 1997, a afronta ao Federalismo, a necessidade de auditoria dessas dívidas, bem como os parâmetros que deveriam ser observados para a justa e necessária revisão deste processo, cujo peso recai sobre a sociedade brasileira.

¹ Doutora. Auditoria Cidadã da Dívida. E-mail: marialuciafatorelli@yahoo.com.br



1. Origem da Dívida dos Estados

A origem da dívida dos estados é fato pouco conhecido dos brasileiros. Dados estatísticos demonstram que o atual ciclo teve início na década de 70, em processo não transparente.

Um dos caminhos de pesquisa realizada sobre a dívida dos estados consta do recém-publicado livro *Auditoria Cidadã da Dívida dos Estados*¹, que incluiu análise histórica das Resoluções do Senado Federal que autorizaram a contratação de créditos pelos entes federados.

Tal análise demonstrou que existe um perfil comum do endividamento dos estados, separando as características por períodos, conforme se resume a seguir.

Nas décadas de 70 e 80 a característica marcante das Resoluções do Senado Federal é a completa falta de transparência, pois a imensa maioria desses atos que autorizaram tais operações de crédito externo sequer menciona o agente credor. Diversas resoluções sequer mencionam a destinação dos recursos. O volume de resoluções que autorizaram endividamento externo dos estados para obras de infraestrutura no período também é elevado nas décadas de 70 e 80.

A análise das Resoluções expedidas na década de 90 revelou a necessidade de estabelecer um marco no ano de 1997, devido à mudança radical no perfil do endividamento provocado pelo refinanciamento da dívida dos estados pela União com base na Lei 9.496/97.

O período compreendido entre 1990 e 1997 foi marcado por acelerada emissão de títulos da dívida mobiliária estadual interna, principalmente sob a justificativa de pagamento de precatórios judiciais. Relativamente à dívida externa, observa-se, nesse período, o início do crescimento dos empréstimos contratados junto ao Banco Mundial (BIRD).

A partir de 1997, a quase totalidade das Resoluções pesquisadas sobre a Dívida Interna dos Estados é referente a autorizações para que os estados aderissem ao refinanciamento das dívidas mobiliárias pela União, em base à Lei 9.496/97,

¹ FATTORELLI, Maria Lucia (2013), *Auditoria Cidadã da Dívida dos Estados*, Brasília: Inove Editora www.inoveeditora.com.br



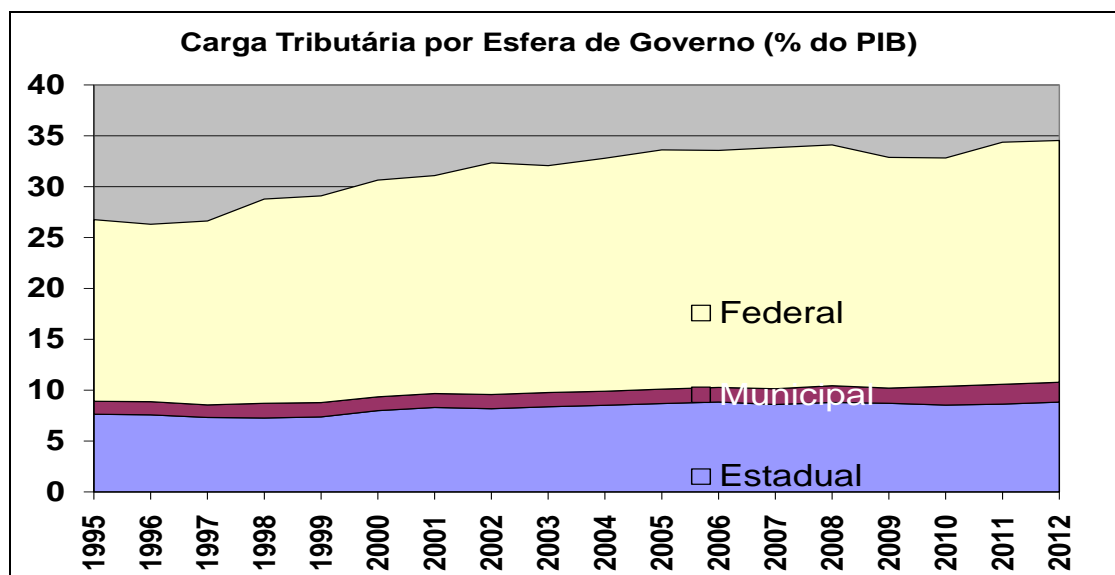
acompanhadas de autorizações para que os estados assumissem a dívidas das instituições financeiras no âmbito do PROES ¹(Medida Provisória nº 2192-70), que também foram refinanciadas pela União.

Relativamente à Dívida Externa dos Estados, observou-se que logo após o refinanciamento feito pela União, houve expressiva elevação na quantidade de operações de crédito dos estados com o Banco Mundial e com outras instituições privadas internacionais, processo que se acentuou ainda mais na década seguinte.

Outra característica relevante no processo de endividamento dos estados é relacionada ao impacto das políticas econômicas adotadas pelo governo federal, especialmente a tributária e monetária.

A acentuada concentração dos recursos tributários na esfera federal, agravada pela característica regressiva do modelo tributário brasileiro, foi um dos fatores responsáveis pela distorção na distribuição de recursos que empurrou todo o país – inclusive entes federados - ao crescente endividamento externo.

O gráfico seguinte mostra como a arrecadação dos tributos pagos pelos cidadãos brasileiros é fortemente concentrada na União:



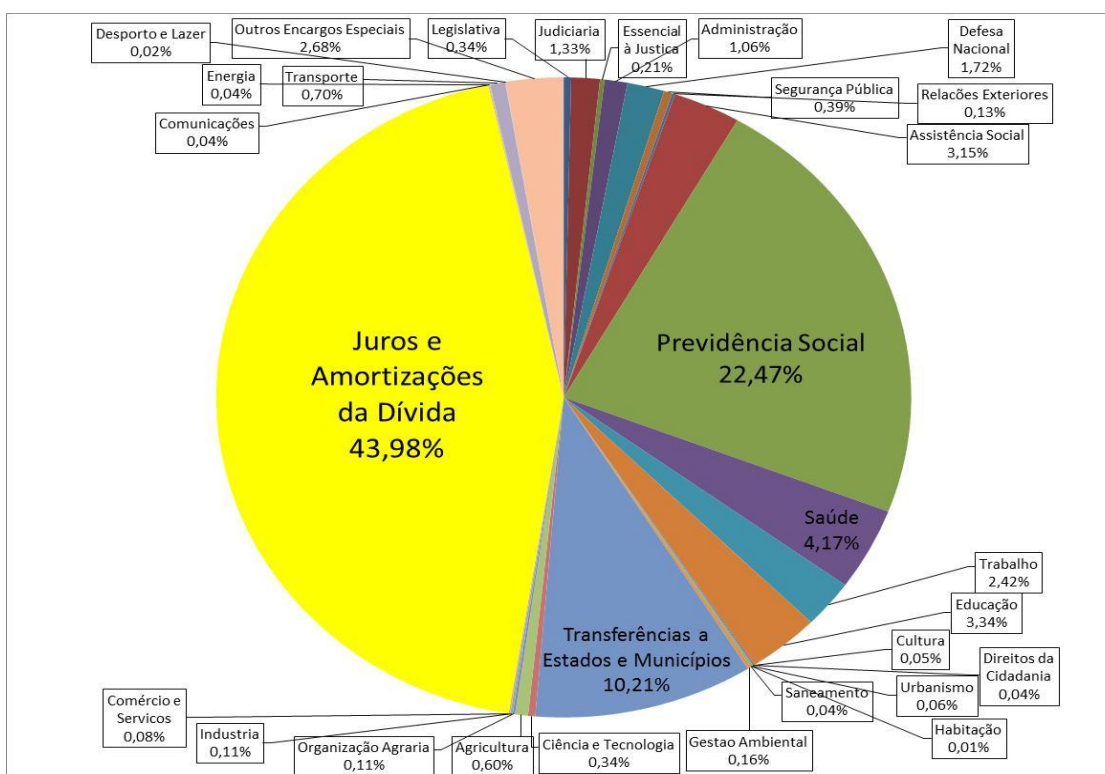
Fonte: Secretaria da Receita Federal e CONFAZ. Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida

¹ “Programa de Incentivo à Redução da presença do Estado na Atividade Bancária” teve o objetivo de sanear as instituições bancárias que seriam objeto de privatização ou extinção.



Devido a essa concentração tributária na esfera federal, a Constituição determina que a União deve transferir parte de sua arrecadação para os Estados e Municípios. Entretanto, devido ao peso da dívida federal, a parcela do orçamento consolidado da União (que inclui a emissão de títulos da dívida pública) destinada aos 26 Estados, Distrito Federal, e mais de 5.000 Municípios brasileiros correspondeu, em 2012, a 10,21% do total gasto, enquanto que os juros e amortizações da dívida federal consumiram 43,98%:

Orçamento Geral da União Executado em 2012 – Total = R\$ 1,712 trilhão



Fonte: Senado Federal – Sistema SIGA BRASIL - Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida Nota: O valor de R\$ 753 bilhões destinados a Juros e Amortizações da dívida pública inclui o chamado “refinanciamento” ou “rolagem”, pois a CPI da Dívida Pública comprovou que parte relevante dos juros nominais são contabilizados como tal. Para mais informações ver <http://www.auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2012/04/Numerosdivida.pdf>

O gráfico denuncia a desequilibrada distribuição dos recursos, já que os entes federados receberam quase 5 vezes menos do que foi destinado à dívida. Mostra também



a reduzida presença da União nas áreas dos serviços sociais que foram transferidos em grande parte aos estados e municípios, tendo em vista que os valores destinados pela União à Educação (apenas 3,34%), à Saúde (apenas 4,17%), Saneamento (somente 0,04%), entre outras áreas, está muito distante do mínimo necessário.

É evidente o desrespeito ao Federalismo, pois o ente que mais absorve receitas da União é a Dívida Pública Federal, que consumiu R\$ 753 bilhões em 2012; quase 2 bilhões ao dia!

O governo federal tem reconhecido nas prestações de contas da Presidência da República enviadas ao Congresso Nacional nos últimos anos, que as finanças estaduais também foram fortemente afetadas por medidas adotadas por leis federais que reduziram o volume de suas receitas, tais como a implementação da Lei Kandir; a desvalorização cambial, a proibição para a emissão de títulos próprios, entre outras.

Dessa forma, tanto o modelo concentrador de recursos na esfera federal como outras medidas de política econômica e até atos legais têm empurrado os entes federados para o endividamento desde a década de 70. Um dos atos que merece destaque é a Lei 7.614/87, que autorizou operações de crédito interno “à conta e risco do Tesouro Nacional”, mediante suprimento específico adiantado pelo Banco Central, incentivando o endividamento por parte dos entes federados.

Logo após essa lei, verificou-se a elevação do volume do endividamento dos estados e, em seguida, esses valores foram fortemente afetados pela política monetária federal, pois desde o início dos anos 90 o governo optou pela prática de elevadíssimas taxas de juros e elegeu os juros como praticamente o exclusivo instrumento para garantir a atração de capital externo. As taxas de juros chegaram a 46% ao ano, impactando fortemente todos os entes federados.

No início da década de 90 as dívidas dos estados já alcançava patamar preocupante devido ao forte impacto dessas equivocadas políticas federais. Nesse período, a modalidade de endividamento mediante a intensa emissão de títulos públicos (dívida mobiliária) é parte da origem da dívida dos estados que merece ser profundamente estudada, especialmente diante das graves fraudes, comprovadas pela



CPI dos Precatórios concluída em 1997 no Senado Federal¹. Cabe mencionar que aquela CPI analisou denúncias relacionadas à emissão e negociação de títulos da dívida pública estadual por meio de “documentos forjados”, que teriam ocasionado vultosos “prejuízos ao erário”². O desenrolar das investigações da CPI dos Precatórios deslocou o foco da CPI para a “emissão de títulos públicos para o pagamento de precatórios judiciais”³, em processos irregulares e considerados fraudulentos, que contou com o envolvimento de 161 instituições financeiras⁴.

Esse volume de dívidas dos estados composta por operações não transparentes desde a década de 70, resultado de contínuas e equivocadas políticas federais e denúncias de fraudes, foi objeto de refinanciamento pela União a partir de 1997, como se analisa a seguir.

2. Refinanciamento efetuado pela União a partir de 1997

Considerando a crise fiscal que os diversos estados já enfrentavam na década de 90, a proposta de refinanciamento, pela União, deveria ajudar a solucionar a difícil situação dos entes federados, mas não foi o que ocorreu na prática, devido a uma série de fatores, por exemplo:

- O refinanciamento das dívidas fez parte de um pacote que exigiu a privatização de empresas e bancos públicos estaduais, a assunção de passivos desses bancos (PROES), além da aplicação de forte plano de ajuste fiscal, sendo que esse conjunto de medidas afetou fortemente as finanças dos entes federados;
- Não foi levado em consideração o baixo valor de mercado das dívidas mobiliárias estaduais e municipais, que foram federalizadas a 100% de seu valor de face, o que representou expressiva transferência de recursos públicos para o setor financeiro privado;

¹ Análise do relatório da CPI foi objeto de um dos capítulos do livro **Auditoria Cidadã da Dívida dos Estados**, FATTORELLI, Maria Lucia (2013), Brasília: Inove Editora www.inoveeditora.com.br

² Relatório da CPI dos Títulos Públicos (1997) p.

³ Idem, p. 22

⁴ Lista das Entidades Identificadas nas operações rastreadas constam do Anexo 30 ao livro *Auditoria Cidadã da Dívida dos Estados*



- As condições impostas nos acordos se mostraram extremamente onerosas, pois exigiram dos estados e municípios uma remuneração bruta composta por atualização monetária calculada com base na variação do IGP-DI (índice que mede a expectativa de inflação de acordo com instituição privada – Fundação Getúlio Vargas), acrescida de juros que variaram de 6 a 7,5% ao ano no caso dos estados e atingiram até 9% no caso de municípios;
- A forma de atuação prevista nos acordos - que permite a realização de missões do Tesouro Nacional aos Estados para verificar sua situação fiscal – interfere na autonomia dos entes federados.

Assim, o refinanciamento feito pela União a partir de 1997 – nos moldes da Lei nº 9.496 e Medida Provisória nº 2192-70 (PROES, que transformou passivos dos bancos estaduais em dívida pública dos estados) – revelou-se altamente perverso, devido principalmente às onerosíssimas condições financeiras impostas aos entes federados.

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Dívida Pública realizada nos anos de 2009 e 2010 na Câmara dos Deputados colocou a problemática da dívida dos estados na mesa dos debates nacionais. Diversas audiências públicas possibilitaram debater o tema e levantar diversos questionamentos sobre as dificuldades enfrentadas pelos entes federados.

A exagerada remuneração nominal exigida nos acordos tem sido a principal responsável pelo acelerado crescimento das dívidas dos entes federados, apesar do cumprimento das condições estabelecidas nos respectivos acordos.

No período de 1999 a 2011, os contratos menos onerosos assinados pelos Estados (que estabeleciam atualização pelo IGP/DI acrescida do juros de 6% a.a.), tiveram encargos contratuais que atingiram 589% diante de uma inflação oficial acumulada de 133%. Esta exagerada diferença de 456% corresponde ao total dos juros reais pagos pelos Estados à União. O mais grave é que tudo o que a União recebe dos Estados e Municípios em pagamento de suas dívidas é destinado, por lei, ao pagamento da dívida federal aos bancos.

A análise de acordos de refinanciamento da dívida dos estados permite elencar a ocorrência de diversas condições abusivas, destacando-se:



- a) **posição privilegiada do emprestador:** os contratos foram assinados pelos Estados sob uma situação de insuportável pressão e desequilíbrio entre as partes;
- b) **cobrança de juros:** a União cobrou muito acima de outras operações, como as do BNDES;
- c) **adoção da tabela *Price*:** largamente usada nos financiamentos bancários que a União não poderia ter adotado por ser ilegal, por embutir “juros sobre juros”, conforme a súmula 121 do STF;
- d) **adoção do IGP-DI:** a União adotou um índice calculado por uma instituição privada (IBRE/FGV) em detrimento do índice oficial, o IPCA do IBGE - órgão de natureza tipicamente estatal que presta serviço de competência privativa da União;
- e) **exigência de robustas garantias:** a União estabeleceu como garantia do pagamento as suas transferências constitucionais, isto é, risco zero de inadimplência;
- f) **ausência de cláusula do equilíbrio econômico-financeiro do contrato:** a União também não estabeleceu, ao contrário do que faz nos contratos administrativos de longo prazo;
- g) **alguma autonomia para o gestor negociar:** a União negociou, caso a caso, a taxa de juros, que variou de 6% a 7,5% a.a., e o comprometimento da receita dos Estados, que variou de 11,5% a 15%;
- h) **minúcias contratuais ilegais:** inserções da palavra “nominais” após a expressão “taxa de juros” e da expressão matemática “i/12” na fórmula do cálculo da prestação (com isto, a taxa de 6%a.a. passa para 6,17% a.a.; a de 7,5%a.a. passa para 7,76%a.a.

Além dessas condições abusivas dos acordos, cabe ressaltar o privilégio garantido ao pagamento da dívida, devido ao comprometimento de significativa parcela da receita corrente líquida real dos estados com o seu pagamento.

Nas atuais condições dos contratos, os entes com maiores saldos devedores estarão sujeitos, ao final do contrato, a um prazo limitado a dez anos para quitar a totalidade do saldo devedor, o que acabaria prolongando a sua agonia financeira de forma ainda mais grave, devido ao comprometimento de suas receitas líquidas reais em percentuais muito



além do limite atual. E já se sabe que os resíduos acumulados ao longo desse tempo decorreram justamente das condições leoninas impostas pela Lei nº 9.496/97 (refinanciamento da dívida dos estados) e MP-2192-70 (dívida do PROES), pois as condições financeiras do refinanciamento das dívidas do PROES foram semelhantes às das dívidas dos estados.

Os montantes refinanciados – tanto das dívidas dos estados como as assumidas no âmbito do PROES - por estado, estão discriminados no livro Auditoria Cidadã da Dívida dos Estados e o resumo dessas cifras permite concluir que a conta não fecha: **o montante refinanciado pela União em 1998 foi R\$ 113,18 bilhões; os estados pagaram R\$ 55,21 bilhões a título de amortizações e R\$ 120,98 bilhões de juros, e o saldo mais que triplicou, alcançando R\$ 369,36 bilhões em 2011.**

Caso tivesse sido cobrada pela União a mesma remuneração nominal que o BNDES tem cobrado de empresas privadas (de 6% ao ano em média), essa dívida de R\$ 369 bilhões seria, na realidade, de apenas R\$ 2 bilhões em 2011, e já estaria completamente quitada em 2012.

Os dados demonstram o dano financeiro imposto pela União aos entes federados, que ficam com suas receitas locais subtraídas para o pagamento dessas onerosas dívidas. Mas a maior afetada é a sociedade, pois faltam recursos para investimentos em áreas prioritárias como saúde, educação, segurança, infraestrutura; para o pagamento dos precatórios judiciais, bem como para o atendimento a tantos direitos humanos e sociais ainda negados a milhões de brasileiros.

Esse dano deve ser estancado e devidamente reparado, revendo-se as condições financeiras dos acordos desde a sua origem.

Desde a CPI da Dívida Pública encerrada em 2010 a dívida dos estados entrou na pauta dos debates políticos e econômicos, e já se reconhece a necessidade de buscar uma solução, tendo em vista a crise fiscal já instalada ou iminente em vários estados.

O problema do endividamento dos estados possui erros históricos que nunca foram devidamente elucidados e corrigidos. A falta de transparência sobre a natureza do endividamento dos entes federados desde a década de 70 e a dificuldade em determinar a contrapartida real dessas dívidas impõe a necessidade de aprofundamento dessa



pesquisa, pois esta foi a origem da dívida refinanciada na década de 90 que persiste até os dias atuais, devido à característica recorrente de contratação de nova dívida para pagar dívidas anteriores.

3. Proposta de Renegociação feita em 2013 pelo Governo Federal

No início de 2013, o Poder Executivo enviou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 238/2013, que altera as taxas de juros das dívidas dos estados e municípios com a União.

Esta nova proposta não enfrenta o problema da renegociação das dívidas dos entes federados, pois PLP limita-se a propor uma modificação – a partir de sua aprovação - para a remuneração nominal que vem sendo cobrada pela União, da seguinte forma: redução do percentual dos juros para 4% ao ano, e a troca do indexador de inflação para o IPCA, índice calculado pelo IBGE. Também prevê que se tal remuneração for superior à “Taxa Selic”, prevalecerá a Selic.

Tal remuneração ainda é extorsiva, especialmente considerando que será aplicada sobre o saldo da dívida inflada por ilegalidades e ilegitimidades desde a origem dos convênios.

Analisando-se o texto do Projeto, verifica-se que, ao contrário do anunciado pela imprensa, o PLP não prevê a redução do percentual de comprometimento da receita com o pagamento destas dívidas, ou seja, estados e municípios não terão nenhum alívio financeiro por muitos anos, já que os extorsivos juros superam o limite legal de comprometimento. Isto significa que os entes subnacionais continuarão efetuando elevados pagamentos dessas dívidas à União, que, por sua vez, emprega tais recursos unicamente para pagar a dívida federal ao setor financeiro.

Além disso, o PLP não é aplicável às dívidas relativas ao “saneamento” dos bancos estaduais (PROES), que representa grande parte do endividamento de muitos estados, e continuará com taxas de juros de 6% mais o IGP-DI.

Em sua exposição de motivos, o Ministro da Fazenda reconheceu o abuso do custo do refinanciamento decorrente da Lei 9.496, o que chamou de “discrepância”:



“Em 2011, a taxa Selic foi de 9,78%, enquanto a atualização monetária acrescida de juros dos contratos com Estados e Municípios variou entre 17,98% e 21,32%. Essa discrepância tem acarretado dificuldades para que os referidos entes federativos cumpram seus compromissos financeiros, econômicos e sociais.”

Conforme cálculos feitos pela Auditoria Cidadã da Dívida para a dívida de MG, caso aplicadas as condições oferecidas pelo PLP 238, partindo de um estoque de R\$ 63,4 bilhões no início de 2013¹ e considerando-se todos os pagamentos devidos como efetuados, em 2028 (ano da suposta quitação completa da dívida, segundo a Lei 9.496), **o estoque dessa dívida ainda estaria em R\$ 84 bilhões.**

Dessa forma, as novas condições propostas não resolvem o problema da dívida dos estados, que continuará crescendo, dado que os juros nominais (IPCA mais 4% ao ano) são muito superiores ao limite de 9% da Receita Líquida Real. É bom lembrar também que, apesar da Selic ter atingido o patamar de 7,25% ao ano (abaixo do IPCA + 4%) no momento em que o PLP 238 foi apresentado, a mesma já voltou a subir, atingindo 8% a.a retomando-se novo ciclo de elevação.

Esta nova proposta procura legitimar uma dívida repleta de questionamentos, tais como a aplicação de juros sobre juros (já considerada ilegal pelo STF) e erros na aplicação de taxas de juros superiores às autorizadas pelo Senado Federal². As análises de sustentabilidade pressupõem a utilização de estimativas de evolução econômica de médio e longo prazo, que são particularmente questionáveis num contexto de grande volatilidade da economia e incertezas comprovadas pelas constantes revisões – para baixo – de distintas previsões publicadas por organismos nacionais e pelo governo brasileiro.

¹Por Rodrigo Ávila, Economista da Auditoria Cidadã da Dívida. Juros = IPCA + 4% ao ano, usando a estimativa do IPCA para 2012, para todos os anos; Crescimento anual da Receita Líquida Real: IPCA + crescimento real de 4%%; Obs.: simulou-se estas condições também para o ano de 2012, apesar do PLP prevê-las apenas a partir de 2013.

²No caso de MG, esse erro foi de R\$ 2,1 bilhões e levado ao conhecimento aos deputados estaduais através de Carta da Auditoria Cidadã da Dívida – Núcleo Mineiro, protocolada em 06-09-2012 nos gabinetes do Deps. Adelmo Leão e Bonifácio Mourão. Constatamos a utilização de taxas de juros maiores que 7,5%a.a., que havia sido autorizada pelo Senado. No arquivo entregue pela SEF/MG à comissão da ALMG (denominado Lei 9496 – após jan 2007.xls) e repassado ao Núcleo Mineiro constou, na coluna “Juros”, que a taxa de juros mensais foi obtida dividindo 0,075 por 12, obtendo-se 0,00625, com este procedimento a taxa aplicada cumulativamente chega a 7,76% a.a (1,00625 elevado a 12). O mesmo problema ocorre com a dívida referente ao saneamento dos bancos estaduais (PROES), cuja taxa de 6% acaba sendo 6,17 a.a.(não tendo o cálculo desse erro sido incluído no valor de R\$ 2,1bilhões).



Uma renegociação sem auditoria constitui passo temeroso e representa até mesmo um risco de empacotar operações ilegais e ilegítimas. A auditoria deve preceder qualquer renegociação, para que as parcelas ilegais e ilegítimas sejam segregadas, e o processo garanta a participação cidadã.

4. Necessidade de Completa Auditoria das Dívidas dos Estados

O momento atual exige o enfrentamento do problema, especialmente diante do ambiente de crise financeira internacional que tem comprovado a geração de “dívida pública” a partir da atuação especulativa do setor financeiro bancário, com fortes impactos sobre a sociedade.

A auditoria é a ferramenta que permite investigar o processo de endividamento e, em base a provas e documentos, responder às questões que os cidadãos têm direito de saber, especialmente as questões relacionadas à contrapartida, aos verdadeiros beneficiários desse processo e aos custos que essa dívida está representando para a sociedade que arca com o peso de seu pagamento.

O movimento social da Auditoria Cidadã da Dívida procura respostas para estas e outras questões (www.auditoriacidada.org.br), pois a subtração de recursos para o pagamento dessa onerosa dívida está diretamente relacionada à ausência de serviços sociais de qualidade – saúde, educação, transporte público urbano e intermunicipal, segurança, etc. Os estados não podem continuar pagando uma dívida ilegal à custa de sacrifício social. Apesar das riquezas e grandes potencialidades os estados não estão cumprindo suas obrigações para com a população – principalmente os pobres e miseráveis, comunidades carentes, analfabetos, sem moradia ou vivendo em moradias inadequadas, sem acesso a saneamento básico.

É fundamental garantir transparência e promover a democratização do conhecimento sobre esse importante tema, mobilizando a sociedade em busca da **Justiça Fiscal e Social**.